



UEPB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

CAMPUS V

CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

NERTAN ALVES GONÇALVES

**A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE
CONSOLIDAÇÃO DAS DEMOCRACIAS LATINO-AMERICANAS**

**JOÃO PESSOA
2019**

NERTAN ALVES GONÇALVES

**A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE
CONSOLIDAÇÃO DAS DEMOCRACIAS LATINO-AMERICANAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Graduação em Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Área de concentração: Relações
Internacionais

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre.

**JOÃO PESSOA-PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

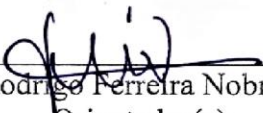
G635r Gonçalves, Nertan Alves.
A redução da desigualdade social como ferramenta de consolidação das democracias latino-americanas [manuscrito] / Nertan Alves Goncalves. - 2019. 56 p. : il. colorido.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Fábio Rodrigo Ferreira Nobre ,
Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."
1. Democracia. 2. Desigualdade social. 3. América Latina. I.
Título
21 . ed. CDD 361.61


NERTAN ALVES GONÇALVES

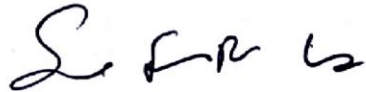
A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE
CONSOLIDAÇÃO DAS DEMOCRACIAS LATINO-AMERICANAS

Monografia apresentada ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Estadual da
Paraíba.

Aprovado(a) em 08 / 07 / 2019.


Fábio Rodrigo Ferreira Nobre /UEPB
Orientador(a)


Cristina Carvalho Pacheco /UEPB
Examinador(a)


Saulo Felipe Costa /UEPB
Examinador(a)

À minha família, por me ensinar a ver, no sofrimento do próximo, o meu sofrimento; por me ensinar a amar, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A deus, força para além da razão que me guia ao longo dos ciclos naturais da vida.

À minha mãe, Maria José Alves Gonçalves (Marisa), pela minha própria a vida e por me dedicar o amor e o cuidado mais profundos que já experimentei ou ei de experimentar na vida.

Ao meu pai, José Gonçalves Neto, pelo amor traduzido na forma de dedicação e esforço contínuos para minha formação.

Às minhas irmãs, Natércia Alves Gonçalves e Isadora Alves Gonçalves, por estarem unidas a mim de maneira inseparável.

A toda a minha família – tios, tias, primos e em especial vovó Maria e tia Marusa - pelo afeto, cuidado e exemplo que estarão para sempre em minha lembrança.

A Ingrid Queiroz, por me mostrar o significado da palavra amizade de todas as formas que ela pode ser demonstrada.

A todos os meus amigos, pelo aprendizado e por estarem junto a mim fazendo da minha jornada um caminho mais leve e divertido.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação educacional e humana, em especial aos professores Fábio Rodrigo Ferreira Nobre - pela orientação afetuosa e dedicada que me permitiu concluir esta etapa acadêmica -, Paulo Roberto Khulmann, Felipe Reis Melo e Cristina Carvalho Pacheco, pelas parcerias em monitoria, pesquisa e extensão desenvolvidas ao longo de quatro anos de curso.

A toda a comunidade acadêmica da Universidade Estadual da Paraíba – professores, funcionários e alunos – por fazerem funcionar esta instituição que tanto acrescenta à sociedade brasileira.

“Amar e mudar as coisas me interessa mais”.
(Belchior)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Pessoas em Situação de Pobreza e Pobreza Extrema na América Latina.....	25
Figura 2 –	Porcentagem da População em Situação de Pobreza e Pobreza Extrema.....	26
Figura 3 –	Coeficiente de Gini da América Latina.....	28
Figura 4 –	Pessoas da Zona Rural em Situação de Pobreza na América Latina.....	30
Figura 5 –	Trajatória do Coeficiente de Gini no Brasil (2001-2016)	34
Figura 6 –	Trajatória do Coeficiente de Gini na Argentina (2001-2016)	38
Figura 7 –	Trajatória do Coeficiente de Gini na Colômbia (2001-2016)	41
Figura 8 –	Percentual de Terras Agricultáveis que São Apropriadas Pelo 1% dos Proprietários que Mais Detém Esse Recurso.....	42

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Quanta pobreza existe nos países em desenvolvimento? Situação em 1985.....	23
Tabela 2 –	Escolaridade média e taxas de alfabetização do Brasil (2015)	34
Tabela 3 –	Números absolutos e taxas líquidas de matrículas por nível de educação básica no Brasil (2015)	35
Tabela 4 –	Porcentagem de acesso à educação formal no Brasil por nível de ensino e quintil de renda.....	35
Tabela 5 –	Escolaridade média e taxas de alfabetização da Argentina (2015)	38
Tabela 6 –	Números absolutos e taxas líquidas de matrículas por nível de educação básica na Argentina (2014)	38
Tabela 7 –	Porcentagem de acesso à educação formal na Argentina por nível de ensino e quintil de renda.....	39
Tabela 8 –	Escolaridade média e taxas de alfabetização da Colômbia (2015)	42
Tabela 9 –	Números absolutos e taxas líquidas de matrículas por nível de educação básica na Colômbia (2015)	43
Tabela 10 –	Porcentagem de acesso à educação formal na Colômbia por nível de ensino e quintil de renda.....	43

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	10
2	UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA	12
2.1	Definições de “democracia”	12
2.2	A qualidade democrática na América Latina	16
3	DESIGUALDADE SOCIAL NA AMÉRICA LATINA	22
3.1	Informações sobre a desigualdade social na América Latina	22
3.2	Instituições de desigualdade social da América Latina.....	26
3.2.1	<i>Desigualdade de renda</i>	27
3.2.2	<i>Desigualdade de acesso à terra</i>	29
3.2.3	<i>Desigualdade de acesso à educação</i>	30
4	ANÁLISE DE INDICADORES DE DESIGUALDADE SOCIAL E QUALIDADE DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA.....	33
4.1	Análise de indicadores sociais e democráticos do Brasil.....	34
4.2	Análise de indicadores sociais e democráticos da Argentina.....	38
4.3	Análise de indicadores sociais e democráticos da Colômbia.....	41
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
	REFERÊNCIAS.....	49

A REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL COMO FERRAMENTA DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMOCRACIAS LATINO-AMERICANAS

Nertan Alves Gonçalves*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo geral averiguar se a redução da desigualdade social contribui para a consolidação das democracias latino-americanas. Para tanto são objetivos específicos: apresentar o debate a respeito dos conceitos de democracia e qualidade democrática na América Latina; discutir a questão da desigualdade social latino-americana por meio da exposição de dados e informações que delineiem o perfil desse fenômeno nessa região; e instrumentalizar as variáveis “desigualdade social” e “qualidade democrática” para a análise da interação entre esses fenômenos. A metodologia empregada para a construção desta pesquisa é de cunho exploratório e realiza-se mediante uma abordagem quantitativa. A técnica de pesquisa utilizada é a análise comparativa e a coleta e análise de dados são feitas mediante, respectivamente, o levantamento bibliográfico e a codificação axial. Quanto a conclusão deste estudo, verifica-se uma relação inversa entre desigualdade social e consolidação democrática, o que permite interpretar que quanto menos desigualdade social houver na América Latina mais consolidadas serão suas democracias.

Palavras-chave: Democracia. Desigualdade social. América Latina.

RESUMEN

El presente trabajo tiene por objetivo general averiguar si la reducción de la desigualdade social contribuye a la consolidación de las democracias latinoamericanas. Para ello son objetivos específicos: presentar el debate sobre los conceptos de democracia y calidad democrática en América Latina; discutir la cuestión de la desigualdad social latino-americana por medio de la exposición de datos e informaciones que delinean el perfil de ese fenómeno en esa región; e instrumentalizar las variables "desigualdad social" y "calidad democrática" para el análisis de la interacción entre esos fenómenos. La metodología empleada para la construcción de esta investigación es de cuño exploratorio y se realiza mediante un abordaje cualitativo. La técnica de investigación utilizada es estudio de caso y la recolección y análisis de datos son hechas mediante, respectivamente, el levantamiento bibliográfico y la codificación axial. En cuanto a la conclusión de este estudio, se verifica una relación inversa entre desigualdad social y consolidación democrática, lo que permite interpretar que cuanto menos desigualdad social haya en América Latina más consolidadas serán sus democracias.

Palabras clave: Democracia. Desigualdad social. América Latina.

* Estudante do curso de relações internacionais da Universidade Estadual da Paraíba – Campus V.
Email: nertanalves@hotmail.com

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde a Antiguidade Clássica, o termo “democracia” tem suscitado debates muito mais profundos do que o que uma definição terminológica ou conceitual é capaz de encerrar. A partir da segunda metade do século XX, em especial, a democracia passou a ter lugar de destaque no campo da ciência política em virtude tanto da expansão quantitativa de países que a adotaram como regime político, quanto da sua promoção enquanto valor político universal (AMORIN et al, 2015).

Entretanto, ao analisar as democracias ao redor mundo de maneira ampla e multidimensional, observa-se que esse termo designa realidades políticas bastante díspares, o que permite ir além de classificações categóricas – democracias/não democracias – e possibilita estabelecer também classificações de cunho qualitativo dos diferentes regimes democráticos (CAMPOS et al, 2015). Um dos fatores que pode auxiliar na explicação da existência de diferentes graus de consolidação das democracias é interação entre estas e as questões sociais, dentre elas a desigualdade social.

O estudo em tela busca, portanto, realizar uma investigação sobre a interação entre a desigualdade social e a consolidação das democracias da América Latina. A importância de tal temática repousa no fato de que os elementos aqui abordados, bem como a forma como interagem, não encontram consenso na literatura das ciências sociais, o que abre margem para inúmeros questionamentos e faz com que novas pesquisas sejam sempre pertinentes para acrescentar conhecimento sobre esse tema.

Em adição, ressalta-se que as democracias latino-americanas – surgidas em contextos históricos e sociais diferentes dos regimes democráticos europeus e norte-americanos - interagem com aspectos socioeconômicos endêmicos dessa região, o que produz características e problemáticas específicas. Portanto, o presente trabalho – bem como seu recorte geográfico - justifica-se também pela demanda de produção de análises que contemplem as exigências e restrições comuns a todas as democracias, mas que tangenciem os aspectos específicos do contexto latino-americano, com vista a elaboração de apreciações mais precisas.

Para a disciplina de Relações Internacionais, a temática abordada no presente estudo é pertinente pois abre espaço para ponderações sobre os efeitos do que Samuel Huntington chama de terceira onda democrática, que expandiu geograficamente o número de democracias a despeito das divergências qualitativas entre elas; além disso, a própria reflexão sobre o que configura um regime democrático é pertinente para as Relações Internacionais, uma vez que esse conceito tem se tornado arbitrário e de difícil delineamento, o que o transforma em um

poderoso instrumento político que pode ser utilizado pelos Estados na sua relação com demais – hora afirmando o status democrático de alguns, hora negando-o (CASARÕES, 2012).

Destarte, o presente trabalho estrutura-se de maneira a responder a seguinte pergunta: a redução da desigualdade social é um fator que pode auxiliar na consolidação das democracias latino-americanas? Para responder essa questão, conjecturou-se a hipótese de que quanto menos desigualdade social houver na América Latina mais consolidadas serão suas democracias.

Quanto aos aspectos metodológicos utilizados na averiguação da validade desta suposição, a presente pesquisa é de cunho exploratório e realiza-se mediante uma abordagem quantitativa. A técnica de pesquisa utilizada é a análise comparativa e a coleta e análise de dados são feitas mediante, respectivamente, o levantamento bibliográfico e a codificação axial. Por codificação axial, entenda-se que ela “é o ato de relacionar categorias com subcategorias ao longo da linha de suas propriedades e dimensões. Ela examina como as categorias se cruzam e se associam” (STRAUSS; COBIN, 2008, p. 124). O recorte histórico escolhido foi o período de 2001 a 2016 e tal escolha se deu com base na disponibilidade de informações verificadas nos bancos de dados utilizados neste trabalho.

No que se refere à estrutura do presente estudo, a sua organização se dá da seguinte maneira: o primeiro tópico tem por objetivo apresentar o debate a respeito dos conceitos de democracia e qualidade democrática na América Latina, para tanto serão apresentadas perspectivas teóricas de diferentes autores da teoria democrática; o segundo tópico tem por função discutir a questão da desigualdade social na América Latina, por meio da exposição de dados e informações que delineiem o perfil desse fenômeno nessa região, e do apontamento de fatores que, a um só tempo, causam e expressam a desigualdade social nesse subcontinente; por fim, o terceiro tópico debruça-se sobre a instrumentalização das variáveis deste trabalho - desigualdade social e qualidade democrática -, bem como sobre a análise dos indicadores utilizados para isso.

2 UMA INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE QUALIDADE DA DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA

Ao considerar as concepções de democracia que se baseiam apenas nos processos eleitorais, tende-se a afirmar que a ampla maioria dos países da América Latina são democráticos. No entanto, ao sofisticar essa análise de modo a abranger aspectos para além dos processos eleitorais e ao considerar a amplitude e a multidimensionalidade dos conceitos de democracia, atesta-se a existência de inúmeras fragilidades democráticas nos países latino-americanos (CAMPOS et al, 2015). Dessa forma, ao considerar não só os fatores

procedimentais e institucionais mas também os substanciais – econômicos, sociais e culturais - , analisando a forma, o conteúdo e os resultados dos regimes democráticos, pode-se classificar os países da América Latina em “mais” ou “menos” democráticos (AMORIM, 2015). É exatamente este debate que pretende-se apresentar no presente capítulo. No entanto, para que isso seja feito carece-se, antes de tudo, responder a seguinte indagação: o que é uma democracia?

2.1 Definições de “democracia”

Essa questão surgiu ainda nas civilizações antigas, quando filósofos gregos, no esforço de descrever possíveis formas de governo, cunharam o termo democracia. Dentre esses filósofos pode-se citar Platão, que em seu livro *A República*, descreve a democracia como um regime que “institucionalizaria o amadorismo e o diletantismo como práticas políticas correntes e cotidianas, instaurando um governo dos ineptos que põe em risco a ordem moral e institucional da *pólis*.” (OLIVEIRA, 2014, p. 34). Passados muitos séculos, essa concepção de Platão sobre o regime democrático – negativa e associada a homens de pouca virtude, rasa inteligência e grande sede pelo que acreditam ser liberdade e igualdade (GOYARD-FABRE, 2003) – contrasta bastante com as teorias democráticas modernas, uma vez que, em nossos dias “a democracia parece ter se estabelecido como única forma de governo realmente legítima, como um valor político, portanto, inquestionável e inconcusso” (OLIVEIRA, 2014, p. 28).

Uma das contribuições modernas mais relevantes para responder essa questão vem do cientista político Joseph Schumpeter, que buscou, através de sua obra, construir uma compreensão unânime sobre o que é a democracia. Para construir esse entendimento, Joseph faz uma crítica à filosofia democrática clássica do século XVIII, segundo a qual o método democrático seria “o arranjo institucional para se chegar a certas decisões políticas que realizam o bem comum, cabendo ao próprio povo decidir, através da eleição de indivíduos que se reúnem para cumprir-lhe a vontade.” (SCHUMPETER, 1961, p. X).

Segundo Schumpeter (1961), os conceitos de “bem comum” e “vontade comum”, que seriam os faróis orientadores dessa filosofia, não existem, pois: o que seria “bem comum” tem diferentes significados para distintos grupos ou indivíduos, já que os valores que formam as ideias do que seria uma sociedade ideal estão além da lógica humana; em segundo lugar, ainda que existisse um “bem comum”, as suas formas de execução na resolução das demandas individuais geraria grandes dissensos; e por fim, como consequência das afirmações anteriores,

dissolve-se o conceito de “vontade comum” já que para existir ele demandaria a existência de um bem compreendido e desejado por todos para coadunar as vontades individuais.

Destarte, Schumpeter advoga uma visão segundo a qual “o método democrático é um sistema institucional, para a tomada de decisões políticas, no qual o indivíduo adquire o poder de decidir mediante uma luta competitiva pelos votos do eleitor.” (SCHUMPETER, 1961, p. X). Dessa maneira, para o referido autor a democracia é nada mais do que um método para se tomar decisões, que consiste em uma competição livre pelos votos livres dos eleitores; nessa competição cabe ao povo apenas aceitar ou rejeitar aqueles que governarão, mas nunca governar em qualquer significado tradicional das palavras “povo” e “governo” (SCHUMPETER, 1961). Por esse motivo, a democracia schumpeteriana pode ser compreendida como um “mercado político” uma vez que seu modo de funcionamento assemelha-se a forma como o mercado econômico opera: assim como as empresas disputam a preferência dos consumidores, os políticos concorrem pela preferência dos eleitores (SCHUMPETER, 1961).

Outro importante aporte para a construção de um conceito de democracia é fornecido pelo autor Norberto Bobbio. Para este teórico, a existência da democracia se dá mediante a verificação de alguns elementos fundamentais. Esses elementos podem ser descritos como “um conjunto de regras (primárias ou fundamentais) que estabelecem *quem* está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais *procedimentos*.” (BOBBIO, 1986, p.18). Tais regras, segundo Bobbio (1986), são fundamentais para um regime democrático, pois todo grupo social está sujeito à necessidade de tomar decisões que vinculem todos os seus membros, entretanto essas decisões precisam ser tomadas por indivíduos (um, poucos, ou muitos), já que um grupo como tal não opta. Dessa forma, para que uma escolha feita por um indivíduo seja aceita como uma escolha coletiva, é necessário que ela seja feita através de um conjunto de normas que estabeleçam quem está apto a tomar essas decisões e por meio de quais procedimentos ela se dará (BOBBIO, 1986).

A primeira destas regras relaciona-se com os sujeitos que, em uma democracia, são convocados a realizar, ou a participar da realização, de decisões coletivas. De acordo com Norberto, “um regime democrático caracteriza-se por atribuir este poder (que estando autorizado pela lei fundamental torna-se um direito) a um número muito elevado de membros do grupo.” (BOBBIO, 1986, p. 18). Deve-se ressaltar, entretanto, que não existe uma quantidade de indivíduos a partir da qual se pode classificar uma sociedade como democrática; esse critério deve, portanto, ser analisado a partir do contexto histórico de cada corpo social e mediante comparações com outras sociedades, de modo que uma sociedade na qual o direito ao voto restringe-se a todos os indivíduos maiores de idade e do sexo masculino é mais

democrática do que aquelas que restringem o voto por critérios de propriedade, e é menos democrática do que sociedades que restringem as mulheres do direito ao voto (BOBBIO, 1986).

Em segundo lugar, é um princípio fundamental das democracias que a regra mediante a qual as decisões coletivas são tomadas seja a regra da maioria. Isso quer dizer que todas as escolhas que são pretendidas como coletivas, e portanto vinculem toda a sociedade, devem ser aprovadas pela maioria daqueles cuja função é realizar decisões (BOBBIO, 1986).

Por fim, Bobbio (1986) afirma que é norma fundamental ao exercício democrático que os tomadores de decisão, ou aqueles que os elegem, tenham disponíveis para si alternativas reais de escolha e a possibilidade de optar por uma delas. Para que esta condição seja cumprida “é necessário que aos chamados a decidir sejam garantidos os assim denominados direitos de liberdade, de opinião, de expressão das próprias opiniões, de reunião, de associação, etc.” (BOBBIO, 1986, p. 20). Esse conjunto de garantias são necessárias para que os dispositivos eminentemente procedimentais que qualificam um regime como democrático funcionem corretamente, ou seja, “não são exatamente regras do jogo: são regras preliminares que permitem o desenrolar do jogo.” (BOBBIO, 1986, p. 20).

Com uma conceptualização um pouco mais ampla e voltada também para aspectos substanciais, é imprescindível destacar também a contribuição do cientista político Robert Dahl, um dos maiores autores da teoria democrática contemporânea. Em sua principal obra, “Poliarquia”, Dahl define a democracia como “um sistema político que tenha, como uma de suas características, a qualidade de ser inteiramente, ou quase inteiramente, responsivo a todos os seus cidadãos.” (DAHL, 1971, p. 25). Por “responsividade” entende-se a capacidade de um governo de atender às demandas de seus cidadãos e para que isso seja feito, Dahl afirma ser necessário garantir aos cidadãos oportunidades plenas:

1. De formular suas preferências;
 2. De expressar suas preferências a seus concidadãos e ao governo através da ação individual e da coletiva;
 3. De ter suas preferências igualmente consideradas na conduta do governo, ou seja, consideradas sem discriminação decorrente do conteúdo ou da fonte da preferência;
- (DAHL, 1971, p. 26)

São os três elementos acima descritos, portanto, os condicionantes necessários para a existência de um regime democrático, embora não sejam suficientes. Para que essas oportunidades existam de fato em sociedades com grandes contingentes populacionais, como os Estados-nações, Dahl (1971) afirma que as instituições sociais devem oferecer oito garantias fundamentais:

1. Liberdade de formar e aderir a organizações
2. Liberdade de expressão
3. Direito de voto
4. Elegibilidade para cargos públicos
5. Direito de líderes políticos disputarem apoio
 - 5a. Direito de líderes políticos disputarem votos
6. Fontes alternativas de informação
7. Eleições livres e idôneas
8. Instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferência. (DAHL, 1971. p.2)

As cinco primeiras garantias da lista acima são necessárias para que os cidadãos possam formular suas preferências; uma vez formuladas, para que elas sejam expressas se fazem necessários os itens seis e sete; e por fim, para que depois de formuladas e expressas essas preferências sejam consideradas na conduta do governo, é imprescindível que a garantia expressa no item oito seja assegurada (DAHL, 1971).

Para compreender a maneira pela qual as oito condições supracitadas distinguem maiores ou menores graus de democracia, deve-se interpretá-las mediante o uso de dois eixos teóricos: (i) o primeiro, permite comparar os regimes políticos de forma escalar a partir do nível de oposição, contestação pública e competição política permitidos; para formar essa escala são observados os níveis de disponibilidade, utilização pública e asseguuração plena das oito condições institucionais já citadas; (ii) o segundo, constrói uma gradação que permite medir comparativamente o nível de inclusividade de um regime político; tal inclusividade é medida tomando-se por base a proporção da sociedade permitida a participar da contestação pública e/ou oposição da conduta do governo (DAHL, 1971).

Pode-se afirmar, portanto, que o processo de construção e aprimoramento de democracias se dá em função do aumento da contestação pública e da inclusividade de um regime; elementos que variam independentemente. Destarte, ressalta-se que a análise conjunta de ambos os fatores produz quatro possibilidades de classificação de regimes: as hegemonias fechadas, que são regimes que oferecem baixos níveis de contestação pública e de inclusividade; as oligarquias competitivas, que correspondem aos países nos quais há altos níveis de contestação pública e baixos índices de inclusividade; as hegemonias inclusivas, que abrange os Estados nos quais há baixos níveis de contestação pública e altos níveis de inclusividade; e por fim, as poliarquias, categoria na qual são classificados os países nos quais há altos níveis de contestação pública e de inclusividade (DAHL, 1971). Deve-se destacar que, para Dahl (1971), não existe nenhum país cujo regime seja uma democracia plena, de maneira que esse termo desempenha uma função hipotética que serve de parâmetro para avaliar os regimes existentes; os regimes mais próximos de democracias plenas são aqueles classificados como “poliarquias”.

Os regimes políticos podem deslocar-se ao longo do tempo em direção a cada uma dessas categorias, a depender da variação de possibilidades efetivas de contestação e participação dos cidadãos (DAHL, 1971). É exatamente essa possibilidade de avaliação e classificação gradativa de democracias, que permite classificar países como mais ou menos democráticos, que faz com que a teoria democrática de Robert Dahl seja a mais adequada aos objetivos do presente trabalho.

2.2 A qualidade democrática na América Latina

Superada a demanda por uma conceptualização precisa de democracia, surge então a necessidade de estabelecer parâmetros que possam classificar a sua qualidade. Esse debate é especialmente pertinente para a região da América Latina, subcontinente cujos países passaram por um processo de redemocratização que produziu democracias imperfeitas ou regimes híbridos, quando observados para além do minimalismo eleitoral (CAMPOS, 2012).

Determinar a qualidade de uma democracia é principalmente estipular critérios mediante os quais ela será mensurada (LAUTH, 2013) e um dos instrumentais teóricos que podem ser utilizados para essa tarefa é fornecido pelos autores Larry Diamond e Leonardo Morlino. Para esses autores, os requisitos mínimos para uma democracia são: sufrágio adulto geral; eleições recorrentes e pautadas na liberdade, na competitividade e na justiça; existência de mais de um partido político de fato; e disponibilidade de fontes de informação alternativas (DIAMOND; MORLINO, 2004).

No que se refere ao conceito de “qualidade” os autores em questão buscaram defini-lo utilizando os parâmetros vigentes nas áreas da indústria e do marketing, ou seja, em termos de procedimento, conteúdo e resultado:

- procedimento: um produto de “qualidade” é o resultado de um processo exato e controlado executado de acordo com métodos e prazos precisos e recorrentes;
- conteúdo: qualidade inerente às características estruturais de um produto, como design, materiais ou funcionamento;
- resultado: a qualidade de um produto ou serviço é indiretamente indicada pelo grau de satisfação do cliente com ele, independentemente de como ele é produzido ou de seu conteúdo real¹ (DIAMOND; MORLINO, 2004, p. 21, tradução nossa)

¹No original: • *procedure*: a “quality” product is the result of an exact, controlled process carried out according to precise, recurring methods and timing;

• *content*: quality inheres in the structural characteristics of a product, such as its design, materials, or functioning;

• *result*: the quality of a product or service is indirectly indicated by the degree of customer satisfaction with it, regardless of how it is produced or its actual content.

Dessa forma, uma democracia de qualidade seria aquela que “concede aos seus cidadãos ampla liberdade, igualdade política e controle sobre políticas públicas e formuladores de políticas por meio do funcionamento legítimo e lícito de instituições estáveis”² (DIAMOND; MORLINO, 2004, p. 22, tradução nossa). Dessa maneira, poder-se-ia proporcionar mecanismos como eleições e arranjos constitucionais legais nos quais órgãos governamentais e autoridades equilibram o poder uns dos outros (qualidade procedimental); permitir que cidadãos, comunidades e associações usufruam de ampla liberdade e igualdade política (qualidade enquanto conteúdo); e responder às demandas sociais satisfazendo as expectativas de governança da sociedade (qualidade enquanto resultado).

A partir desses conceitos, Diamond e Morlino (2004) estabelecem oito dimensões mediante as quais a qualidade de uma democracia pode ser medida: estado de direito, participação, competição, accountability vertical e horizontal, liberdades civis e políticas, implementação progressiva de maior igualdade política e responsividade. As cinco primeiras dimensões medem a qualidade procedimental do regime, a sexta e a sétima, mensuram a qualidade de seu conteúdo e o último afere o qualidade do resultado democrático.

O estado de direito é a base de todas as outras dimensões da qualidade democrática. É este elemento que garante a igualdade de todos perante a lei e faz com que esta seja clara, universal, não-retroativa e aplicada por um judiciário independente, garantindo a proteção de direitos civis e políticos de todos (DIAMOND; MORLINO, 2004). A participação pode ser definida como o nível de atuação ativa dos cidadãos na política não só através do voto, mas também pela participação nas atividades de partidos políticos e organizações civis, na discussão de temas de interesse público e no monitoramento de atividades de governantes eleitos (DIAMOND; MORLINO, 2004).

A competição é uma dimensão que trata do nível de competitividade eleitoral regular, justa e livre verificada entre partidos políticos dentro de um sistema político. Os níveis de competitividade democrática podem variar em função: do êxito com que novas forças políticas adentram a arena eleitoral; da distribuição de recursos para financiamento de campanha; do acesso a veículos midiáticos de massa entre diferentes partidos; e da possibilidade de que forças da situação sejam derrotadas pela oposição (DIAMOND; MORLINO, 2004).

Accountability vertical é exigência de que políticos eleitos prestem contas de suas ações políticas aos seus eleitores ou a órgãos constitucionais. Essa dimensão envolve a necessidade de que a população tenha ciência do que é feito na administração pública, pondere as razões pelas

²No original: accords its citizens ample freedom, political equality, and control over public policies and policy makers through the legitimate and lawful functioning of stable institutions.

quais tais ações foram tomadas e decida pela punição ou recompensa dos administradores. Essa punição ou recompensa é feita, por exemplo, pela reeleição ou não de um partido que está no poder (DIAMOND; MORLINO, 2004).

Accountability horizontal é a devida prestação de contas de administradores públicos eleitos à órgãos governamentais que possuem a função legal de fiscalizá-los. Essa prestação de contas, que ocorre entre instâncias de poder que são horizontais entre si, garante que políticos atuem mediante a observância da lei e gera um sistema de *check and balances* que limita o poder de agentes políticos (DIAMOND; MORLINO, 2004).

A liberdade é uma dimensão da avaliação democrática que se faz observando a existência dos seguintes tipos de direitos: os civis, políticos e sociais. O direitos civis garantem a liberdade de expressão, de informação, de organização coletiva em comitês ou assembleias, de exercício religioso e ao devido processo legal etc. Os direitos políticos incluem a liberdade de votar e ser votado, de fazer campanha e de formar partidos políticos. E os direitos socioeconômicos, garantem o direito à propriedade, salário digno e justo, empreendedorismo e negociação coletiva (DIAMOND; MORLINO, 2004).

A igualdade é o elemento que assegura que todos os cidadão tenham as mesmas garantias e proteções legais, além de possibilidades semelhantes de obter acesso à justiça e ao poder independentemente de gênero, raça, orientação política, religião etc. Esta dimensão envolve também a avaliação de condições econômicas e sociais pois indivíduos com maior nível intelectual e financeiro tem mais possibilidades de moldar o debate das questões públicas, de maneira que, apesar da democracia não demandar políticas sociais específicas, ela necessita de níveis de igualdade política que não são possíveis em sociedades com extremas desigualdades econômicas (DIAMOND; MORLINO, 2004).

Por fim, a responsividade é o parâmetro de medição de qualidade democrática que trabalha com o grau de satisfação de um povo em relação ao seu governo. A partir disso, compreende-se que um governo democrático é responsivo quando implementa políticas que atendem aos anseios populares (DIAMOND; MORLINO, 2004).

Apesar de serem apresentados separadamente, esses conceitos interagem entre si e são interdependentes, de maneira que reforçam uns aos outros e fazem com que seja difícil determinar limites entre eles. Por conta disso, democracias com baixo desempenho em qualquer uma desses dimensões, geralmente têm problemas em relação às demais. Destarte, esses indicadores são compreendidos como um sistema e tendem a se mover juntos, seja em direção ao declínio ou ao aprofundamento democrático (DIAMOND; MORLINO, 2004).

Também se debruçam sobre o tema da qualidade democrática, os autores Daniel Levine e Jose Henrique Molina. A partir de uma compreensão procedimental sobre democracia - advinda dos conceitos de Robert Dahl - os referidos autores definem um regime democrático como um “conjunto de procedimentos e direitos que o apoiam, através do qual os cidadãos de um país podem escolher seus governantes, influenciar suas decisões e exigir responsabilidade”³ (LEVINE; MOLINA, 2011, p. 96, tradução nossa).

Para que isso seja possível, os referidos autores asseveram que os seguintes requisitos mínimos devem ser cumpridos: a) os funcionários eleitos devem estar efetivamente no comando do governo; b) ocorram frequentemente eleições que sejam livre e justas; c) haja plena liberdade de expressão; d) os cidadãos possuam acesso efetivo à fontes alternativas de informação; e) seja respeitado o direito de organização e reunião, bem como a autonomia de associações em relação ao governo; f) verifique-se cidadania inclusiva (sufrágio universal) e sem obstáculos discriminatórios em relação à participação eleitoral e política (LEVINE; MOLINA, 2011).

Fundamentado no conceito e nos requisitos supracitados, Levine e Molina estabelecem que o grau de qualidade da democracia é definido:

pela medida em que os cidadãos participam informadamente em processos de votação livres, imparciais e frequentes, influem na tomada de decisões políticas, e exigem prestação de contas aos governantes, e pela medida em que as autoridades eleitas pela população são quem efetivamente tomam as decisões e o fazem respondendo à vontade popular (LEVINE; MOLINA, 2011, p. 97)⁴

Para operacionalizar essa medida, Levine e Molina (2011) estabelecem cinco dimensões que permitem aferir a qualidade de uma democracia. São elas: a decisão eleitoral, a participação, a resposta à vontade popular, a prestação de contas, e a soberania.

A decisão eleitoral refere-se a exigência de ocorram eleições livres, competitivas, frequentes, imparciais e que atribuam poder de governança real aos funcionários eleitos. Essa dimensão inclui o mínimo necessário para constatar a vigência de um regime democrático, mas permite também estabelecer um espaço entre o mínimo e o ótimo para que níveis de qualidade possam ser estabelecidos. Um dos aspectos que influi na qualidade da decisão eleitoral é o nível de acesso à informação dos votantes, pois quanto mais informados eles forem, mais conseguirão fazer escolhas eleitorais que atendem às suas demandas (LEVINE; MOLINA, 2011).

³ No original: conjunto de procedimientos y derechos que la sustentan, mediante los cuales los ciudadanos de un país pueden elegir a sus gobernantes, influir en sus decisiones y exigirles *responsabilidad*

⁴ No original: por la medida en que los ciudadanos participan informadamente en procesos de votación libres, imparciales y frecuentes, influyen en la toma de decisiones políticas, y exigen rendición de cuentas a los gobernantes, y por la medida en que las autoridades elegidas por la población son quienes efectivamente toman las decisiones y lo hacen respondiendo a la voluntad popular.

A participação é um componente da qualidade democrática que observa o nível da participação dos cidadãos nas eleições de governantes, na cobrança por prestação de contas, na influência sobre decisões públicas e na adesão aos movimentos sócias, associações e partidos políticos. Quanto maior a participação ativa dos cidadãos na atividade política, melhor a qualidade da democracia (LEVINE; MOLINA, 2011).

A prestação de contas averigua a existência de mecanismos sociais e institucionais de submissão da atuação de funcionários públicos - eleitos ou não - ao escrutínio da sociedade civil, inclusive com possibilidade de sanção. A prestação de contas pode ser formal, quando ela está institucionalizada em leis administrativas, ou informal, quando é feita por meio de movimentos sociais que mobilizam a opinião pública para avaliar a conduta de políticos e até mesmo sancioná-los mediante a perda de votos, por exemplo. Além disso, a prestação de contas pode ser horizontal, quando feita por organismo estatais legais que tem poder para isso, ou vertical, quando é executada pela sociedade civil (LEVINE; MOLINA, 2011).

A resposta à vontade popular é também denominada de responsividade e, para Levine e Molina (2011), refere-se a satisfação da sociedade em relação aos funcionários eleitos. Essa satisfação se dá quando os governantes são induzidos pelo sistema democrático à implementar políticas que vão ao encontro dos interesses dos cidadãos.

Por fim, a soberania diz respeito a efetividade do poder daqueles que foram democraticamente eleitos para governar um país. Essa dimensão avalia, portanto, o nível de interferência de forças externas – como militares, autoridades religiosas, potências estrangeiras – na autonomia de governos eleitos (LEVINE; MOLINA, 2011).

A partir da exposição conceitual realizada, percebe-se que a maior diferença entre as obras de Levine e Molina e Diamond e Morlino, é que os primeiros elaboram uma definição de qualidade democrática que é vinculada apenas aos procedimentos e não aos resultados. Dessa maneira, a redução da desigualdade econômica e a ampliação de direitos civis e políticos como um todo – elementos considerados por Diamond e Morlino como indicativos de qualidade da democracia – não são considerados por Levine e Molina, pois segundo eles a qualidade democrática diz respeito a processos de tomada de decisões políticas e não sobre seus resultados; essa distinção, segundo eles, seria útil para evitar que se critique a própria democracia por erros nas políticas públicas de um governo específico (LEVINE; MOLINA, 2011).

Vale ressaltar que, segundo Baquero (2008), a desigualdade social é sim um fator desestabilizador das democracias latino-americanas, pois quando o grau de desigualdade econômica e social é elevado, a solidez democrática é corroída em função dos baixos índices

de confiança social e dos elevados teores de corrupção. Tais fatos, mantêm os regimes democráticos dessa região numa condição de reduzida estabilidade e baixa qualidade. Característica dessa hipossuficiência democrática é alternância entre momentos de estabilidade – marcados por realização de processos eleitorais, verificação de instituições democráticas e respeito a direitos legais de igualdade e liberdade política – e momentos de crises políticas impulsionadas pelas altas taxas de pobreza e escândalos de corrupção (AMORIM, 2015). Logo, uma vez que o objetivo do presente trabalho é averiguar a influência da disparidade social na consolidação democrática dos regimes da América do Sul, faz-se necessário examinar o fenômeno da desigualdade social para que se possa constatar ou descartar sua influência na qualidade democrática.

3 DESIGUALDADE SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

A desigualdade na distribuição de riquezas materiais e simbólicas geradas socialmente é característica, ainda que em diferentes graus, de todas as sociedades complexas (CROMPTON, 1994). Essa desigualdade gera estratificações sociais que por muito tempo foram explicadas como produtos da ordem divina ou como naturais aos seres humanos. No entanto, a partir do século XVII tornou-se cada vez mais aceita a ideia de que as disparidades sociais não são naturais, mas sócio-culturalmente construídas e mantidas (OTERO et al, 2010). Desde então, boa parte do debate das ciências sociais tem se debruçado sobre este tema a fim de compreender suas origens e suas implicações sobre as dinâmicas sociais. Tal esforço é especialmente caro aos povos da América Latina, região que, segundo Mendonça (2009), apresenta níveis de desigualdade social não encontrados em nenhuma outra região do mundo. O presente capítulo destina-se, portanto, a realizar um apanhado sobre as principais discussões realizadas acerca do fenômeno da desigualdade social no subcontinente latino-americano.

3.1 Informações sobre a desigualdade social na América Latina

“A América Latina é a região mais desigual do mundo” (KARL, 2003, p.1), afirma categoricamente o cientista político Terry L. Karl. Como ele, outros cientistas sociais que se debruçam sobre o tema da desigualdade social apontam para o destaque obtido pelos países latino-americanos nesse quesito. Leonardo Gasparini e Nora Lustig (2011), por exemplo, corroboram com tal afirmação ao atestarem que todos os Estados latino-americanos são caracterizados por grandes disparidades entre seus cidadãos no que se refere a diversas variáveis

socioeconômicas tais como renda e consumo, acesso à terra, educação, serviços básicos, entre outras.

No entanto, muito além do que apenas a intensidade com a qual este fenômeno ocorre na América Latina, é também característica endêmica dessa região o fato da desigualdade aqui verificada não ser um problema recente, mas uma velha e persistente herança histórica; por conta disso, a problemática da disparidade social no subcontinente latino-americano não deve ser abordada com a mesma perspectiva utilizada para referir-se às sociedades europeias e anglo-saxônicas, locais onde os recentes aumentos de desigualdade social representam uma ruptura com longos períodos de Estados de bem-estar que, por muito tempo, garantiram igualdade social (SOLANO, 2016).

No caso latino-americano, os desequilíbrios distributivos apresentam um componente histórico-estrutural que os fazem, em grande medida, persistir mesmo em face dos esforços feitos nos últimos anos pela maioria dos governos dessa região para modificar esse quadro (MATTEI, 2017). Por consequência direta deste padrão distributivo radicalmente desigual, se fazem presentes no cenário social da América Latina dois fenômenos interligados: a concentração de recursos econômicos, terra e poder nas mãos de uma minoria e a persistência de um núcleo duro de pobreza que não se modifica fortemente mesmo nos períodos de crescimento econômico dessa região (GAÍTAN, 2011).

Destarte, para delinear os efeitos da desigualdade social sobre a região latino-americana, é imprescindível tangenciar, também, aquela que é uma de suas principais consequências: a pobreza. Para tanto, se faz necessário realizar uma mínima conceptualização sobre esse fenômeno ainda que, evidentemente, não seja possível encontrar uma definição de pauperismo que seja universalmente aplicável (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2000).

O Banco Mundial (1990), define pobreza como uma situação na qual indivíduos são incapazes de atingir padrões mínimos de vida, de maneira que não conseguem suprir níveis básicos de nutrição e outras necessidades essenciais. Com base nesse critério, o referido banco adotou as medidas de renda *per capita* anual de US\$370 e US\$275 para determinar, respectivamente, uma linha de pobreza e uma linha de extrema pobreza. Tomando por base esse critério, o Banco Mundial estimou que no ano de 1985 existiam aproximadamente 70 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza na América Latina, dos quais 50 milhões eram extremamente pobres (BANCO MUNDIAL, 1990). A tabela abaixo ilustra esses dados.

Tabela 1 - Quanta pobreza existe nos países em desenvolvimento? Situação em 1985.

Região	Extremamente Pobres			Pobres (inclusive extremamente pobres)		
	Número (milhões)	Índice Censitário (%)	Déficit de Pobreza	Número (milhões)	Índice Censitário (%)	Déficit de Pobreza
África Subsaariana	120	30	4	180	47	11
Leste Asiático	120	9	0,4	280	20	1
China	80	8	1	210	20	3
Sul da Ásia	300	29	3	520	51	10
Índia	250	33	4	420	55	12
Leste Europeu	3	4	0,2	6	8	0,5
Oriente Médio e Norte da África	40	21	1	60	31	2
América Latina e Caribe	50	12	1	70	19	1
Todos os países em desenvolvimento	633	18	1	1.116	33	3

Fonte: Banco Mundial, 1990 apud Hill & Pebley, 1988; Ravallion et alii (documento básico); e dados da ONU e do Banco Mundial, 1989. Elaboração própria.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, por sua vez, é outra instituição que também tem se debruçado sobre a problemática do pauperismo no subcontinente latino-americano. Para tanto, ela define a pobreza como:

[...] uma síndrome situacional em que estão associados o infra consumo, a desnutrição, condições precárias de habitabilidade, baixos níveis educacionais, más condições sanitárias, uma inserção instável nos estratos primitivos do aparato produtivo, um quadro de atitude de desânimo e anomia, pouca participação nos mecanismos de integração social, e talvez a adesão a uma escala particular de valores, diferenciada em certa medida da do resto da sociedade⁵ (CEPAL, 1978, p.2, tradução nossa).

A partir desse conceito, para mensurar os níveis de miséria na América Latina, a CEPAL estabelece linhas de pobreza e de indigência que são determinadas com base na quantidade de renda necessária para suprir necessidades básicas (CEPAL, 1991). Dessa forma, tais linhas:

[...] representam a quantidade de renda que permite que cada família atenda às necessidades básicas de todos os seus membros. A determinação da linha de pobreza de cada país e área geográfica foi baseada na estimativa do custo de uma cesta básica

⁵No original: La pobreza es, por lo pronto, un síndrome situacional en el que se asocian el infra-consumo, la desnutrición, precarias condiciones de habitabilidad, bajos niveles educacionales, malas condiciones sanitarias, una inserción ya sea inestable ya sea en estratos primitivos del aparato produtivo, un cuadro actitudinal de desaliento y anomia, poca participación en los mecanismos de integración social, y quizás la adscripción a una escala particular de valores, diferenciada en alguna medida de la del resto de la sociedad.

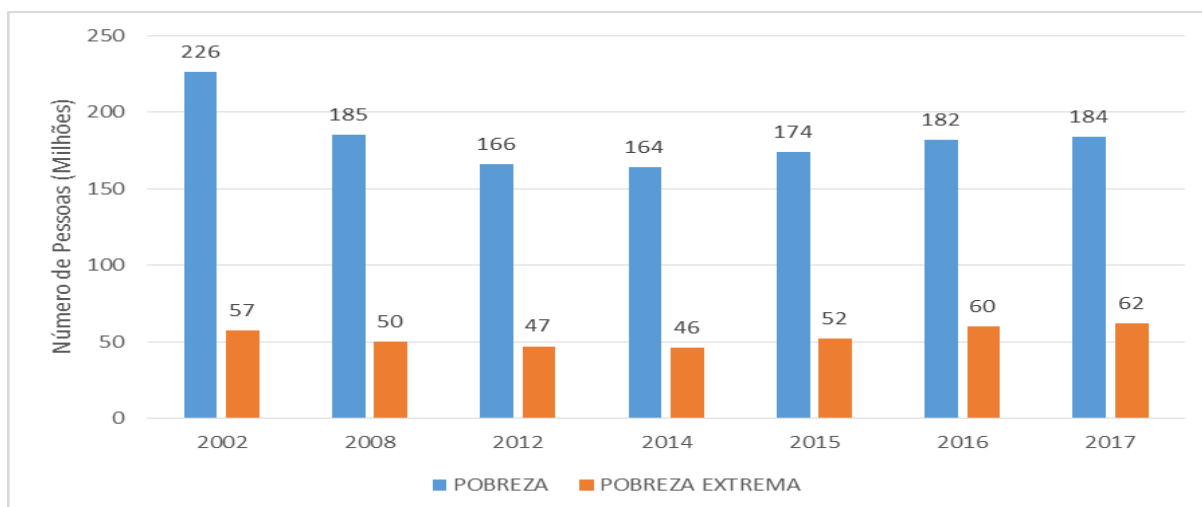
que cobre as necessidades nutricionais da população e considera seus hábitos de consumo, bem como a disponibilidade efetiva de alimentos no país e seus preços relativos. Ao valor desta cesta foi adicionada uma estimativa dos recursos requeridos pelos agregados familiares para satisfazer o conjunto de necessidades básicas não alimentares. O custo da cesta básica é chamado de linha de indigência e os indigentes (ou extremamente pobres) são definidos como pessoas que residem em domicílios cuja renda é tão baixa que, mesmo que fossem totalmente destinados a comprar comida, não satisfariam adequadamente as necessidades nutricionais de todos os seus membros⁶ (CEPAL, 1991, p.18, tradução nossa).

Tomando por base os critérios acima mencionados, a CEPAL tem feito, desde os anos 70, levantamentos que mostram as modificações dos índices de miséria na região latino-americana. No ano de 1980, por exemplo, estima-se que a pobreza atingia 135.9 milhões de pessoas na América Latina, das quais 62.4 milhões viviam em pobreza extrema; esses números correspondiam à, respectivamente, 40.5% e 18.6% da população dessa região (CEPAL, 2001).

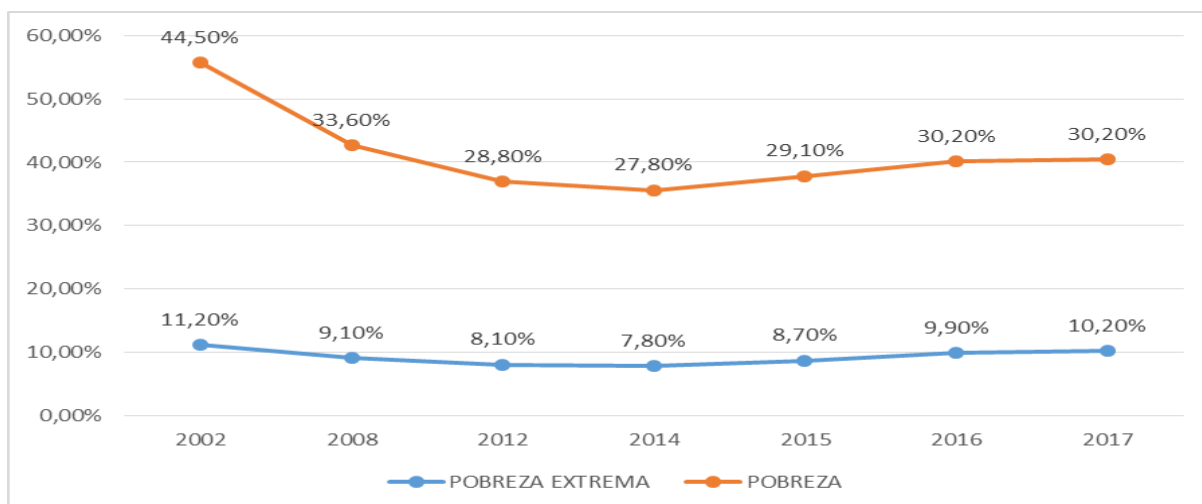
Em um de seus mais recentes relatórios, intitulado “Panorama Social da América Latina”, a CEPAL demonstra a evolução do pauperismo no subcontinente latino-americano nas últimas duas décadas. Em 2002, por exemplo, verificou-se que existiam 226 milhões de pessoas em situação de pobreza na referida região, das quais 57 milhões viviam em extrema pobreza; a partir de então, verifica-se uma tendência significativa de redução desses números que se mantém até o ano de 2014, quando constatou-se existirem 164 milhões de pobres e 46 milhões de indigentes na América Latina (CEPAL, 2018).

Observa-se que esse ano é um ponto de inflexão da tendência de modificação da miséria, visto que, a partir de então, ocorre um estancamento da redução da pobreza e da indigência e um subsequente aumento dos referidos índices (CEPAL, 2018). Os gráficos a seguir ilustram a evolução desses indicadores:

⁶No original: representan el monto del ingreso que permite que cada hogar satisfaga las necesidades básicas de todos sus miembros. La determinación de la línea de pobreza de cada país y zona geográfica se basó en la estimación del costo de una canasta básica de alimentos que cubre las necesidades nutricionales de la población, y que considera sus hábitos de consumo, así como la disponibilidad efectiva de alimentos en el país e sus precios relativos. Al valor de esta canasta se sumó una estimación de los recursos requeridos por los hogares para satisfacer el conjunto de las necesidades básicas no alimentarias. Se denomina línea de indigencia el costo de la canasta básica alimentaria y se define a los indigentes (o extremadamente pobres) como personas que residen en hogares cuyos ingresos son tan bajos que aunque los destinaran íntegramente a comprar alimentos, no lograrían satisfacer adecuadamente las necesidades nutricionales de todos su miembros.

Gráfico 1 – Pessoas em Situação de Pobreza e Pobreza Extrema na América Latina

Fonte: CEPAL (2018). Formulação própria.

Gráfico 2 – Porcentagem da População em Situação de Pobreza e Pobreza Extrema

Fonte: CEPAL (2018). Formulação própria.

Como evidenciam as informações supracitadas, ainda que variem as formas de se mensurar a pobreza, constata-se que ela é um elemento constitutivo das sociedades latino-americanas (NETO, 2007). De acordo com Ponce (2011), esse fato pode gerar, dentre outras consequências, a desestabilização das comunidades políticas dessa região, pois uma carência

de meios de subsistência que atinge grandes contingentes populacionais gera insatisfações que podem resultar em apatia social ou revolta.

Destarte, as inúmeras mazelas sociais causadas pela miséria fazem com que a sua superação seja imprescindível para o desenvolvimento societário da América Latina. No entanto, para deslindar a problemática da pobreza nessa região, é necessário, também, dirimir a disparidade distributiva que ali ocorre, visto que o pauperismo latino-americano é produto direto da extrema desigualdade verificada nessa região (GAÍTAN, 2011). Para tanto, se faz necessário compreender os fatores que geram a desigualdade social na América Latina; tais fatores podem ser entendidos também como as formas pelas quais a desigualdade se expressa nessa região. O próximo tópico destina-se, portanto, a abordar estas “instituições” de desigualdade social da América Latina.

3.2 Instituições de desigualdade social da América Latina

Para um correto delineamento da desigualdade social, bem como dos fatores que a ocasionam, é necessário compreender o seu caráter pluridimensional, não restringindo-a, portanto, a seu aspecto econômico: tal empreendimento deve contemplar as múltiplas e complexas mediações que se relacionam com as estratificações sociais para que se compreenda esse fenômeno em todos os seus aspectos (NETTO, 2007). No entanto, pela impossibilidade de abordar, no presente trabalho, todos os fatores que podem gerar desigualdades sociais, optou-se pela seleção das seguintes variáveis: renda, acesso à terra e acesso à educação.

As justificativas para a escolha desses parâmetros repousam sobre os seguintes fatos: a renda é um dos melhores indicadores de desigualdades imediatas, pois nas economias de mercado ela é o principal mecanismo de acesso a bens e serviços em geral (CEPAL, 2016); o conflito por terra continua a ser uma disputa por um recurso de poder econômico e político cuja exclusão pode gerar grandes desigualdade sociais (LEITE; ÁVILA, 2007); e a educação é um tipo de capital cuja disparidade de acesso reflete as desigualdade no acesso à outras formas de recursos socioeconômicos (HENANDEZ, 2008). Deve-se ressaltar que os indicadores escolhidos não representam parâmetros isolados, mas recortes que interagem entre si na forma de complexas interações sociais.

3.2.1 Desigualdade de renda

É muito expressivo o número de estudos que, ao se debruçarem sobre a temática da desigualdade social na América Latina, focam sua análise nas questões concernentes à disparidade de renda. Isso acontece pois a renda é um dos principais elementos garantidores do bem-estar de pessoas e famílias, principalmente nas sociedades em que o mercado é o principal mecanismo de acesso a bens e serviços (CEPAL, 2016). Desse forma, as altas taxas de desigualdade de renda são um dos principais fatores que tornam a América Latina uma região tão desigual (SAÍNZS, 2016).

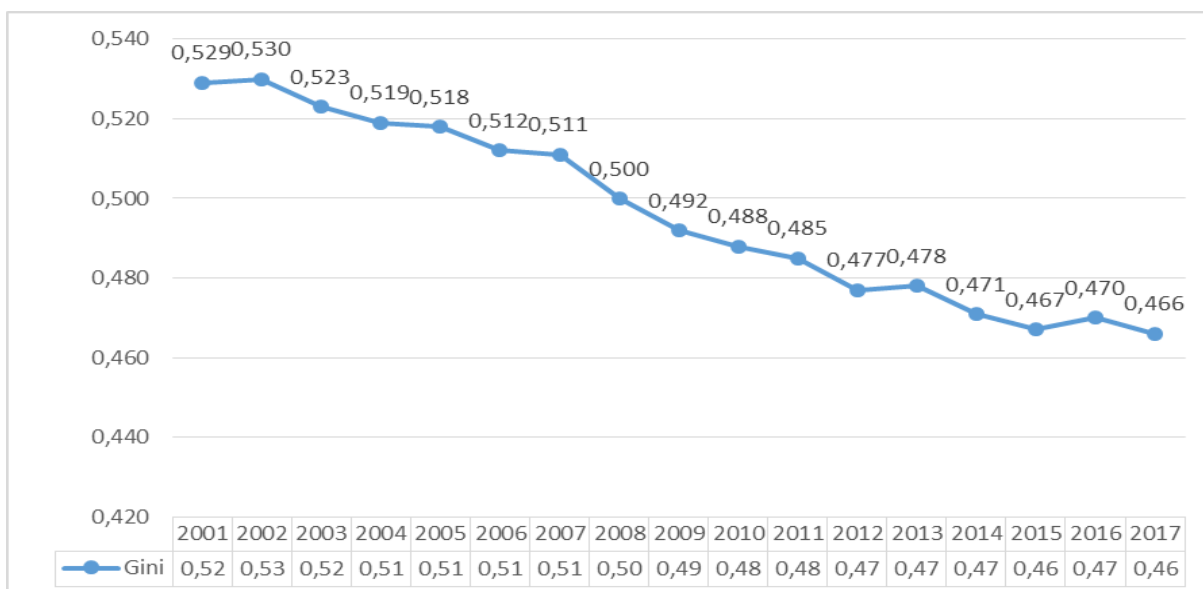
Esses altos níveis de disparidade de renda podem ser demonstrados por meio dos diversos índices e estudos que historicamente evidenciam esse quadro. O sociólogo Luis Estenssoro, por exemplo, ressalta que o Banco Interamericano de Desenvolvimento, por meio de informe lançado em 1998⁷, afirma que, no que se refere a desigualdade de renda na América Latina,

5% da população recebe 25% do total nacional. Por outro lado, os 30% mais pobres recebem 7,5% da renda total. Em qualquer outra parte do mundo esta cifra é superior aos 10%, o que demonstra a extrema concentração da renda na região. Mais ainda, apesar de ter um PIB *per capita* intermediário, a América Latina apresenta a maior porcentagem de renda para os 5% mais ricos e a menor porcentagem de renda para os 30% mais pobres entre todas as regiões do planeta. (ESTENSSORO, 2003, p. 119)

O mesmo autor ainda assevera que, de acordo com o Coeficiente de Gini – índice que mede a desigualdade de renda por meio de uma variação que vai de 0 (perfeita distribuição de renda) a 1 (desigualdade de renda absoluta) – a média de distribuição de renda dos países da América Latina no final da década de 1990 era de 0,52, entre um máximo de 0,59 no Brasil e um mínimo de 0,43 no Uruguai; nos diversos países do mundo este coeficiente varia de 0,25 a 0,60 (ESTENSSORO, 2003).

Dados obtidos pela CEPAL mostram que, nas últimas duas décadas, houve uma significativa modificação desse indicador na América Latina: em 2017 a média do índice de Gini nesta região era de aproximadamente 0,47; no entanto, o mesmo relatório afirma que essa tendência na redução da concentração de renda vem se desacelerando ao longo dos anos: nos períodos de 2002 a 2008, 2008 a 2014 e 2014 a 2017 as reduções foram de, respectivamente, 1,3%, 0,8% e 0,3% (CEPAL, 2018). O gráfico a seguir ilustra essas variações:

⁷ BID, *Informe Progreso Económico y Social de América Latina. América Latina Frente a la Desigualdad*, Washington, BID, 1998.

Gráfico 3 – Coeficiente de Gini da América Latina

Fonte: CEPAL. Elaboração própria

Para Mattei (2017), a disparidade de renda possui canais intergeracionais de transmissão de aspectos negativos, pois afeta a formação de capital humano uma vez que, em desigual nível de renda, as pessoas têm diferentes acessos a oportunidades de formação educacional. O mesmo autor também assevera que a desigualdade de renda latino-americana reflete a histórica disparidade de acesso a ativos econômicos e sociais tais como terra e educação. Tal relação torna necessária a análise sobre a situação distributiva desses ativos econômicos, tema sobre o qual se debruçarão os próximos sub tópicos.

3.2.2 *Desigualdade de acesso à terra*

Como já afirmou Netto (2007), o empreendimento de tentar entender a desigualdade social demanda que se observem outros aspectos para além da dimensão econômica deste fenômeno. Dessa forma, a renda configura-se como apenas uma das múltiplas formas pelas quais as disparidades sociais podem se manifestar. Argumento favorável a essa afirmação é o dado de que, na América Latina, 64% da riqueza total é composta por ativos não financeiros (OXFAM, 2016). Portanto, deve-se observar também outras dimensões onde relações de poder podem se formar.

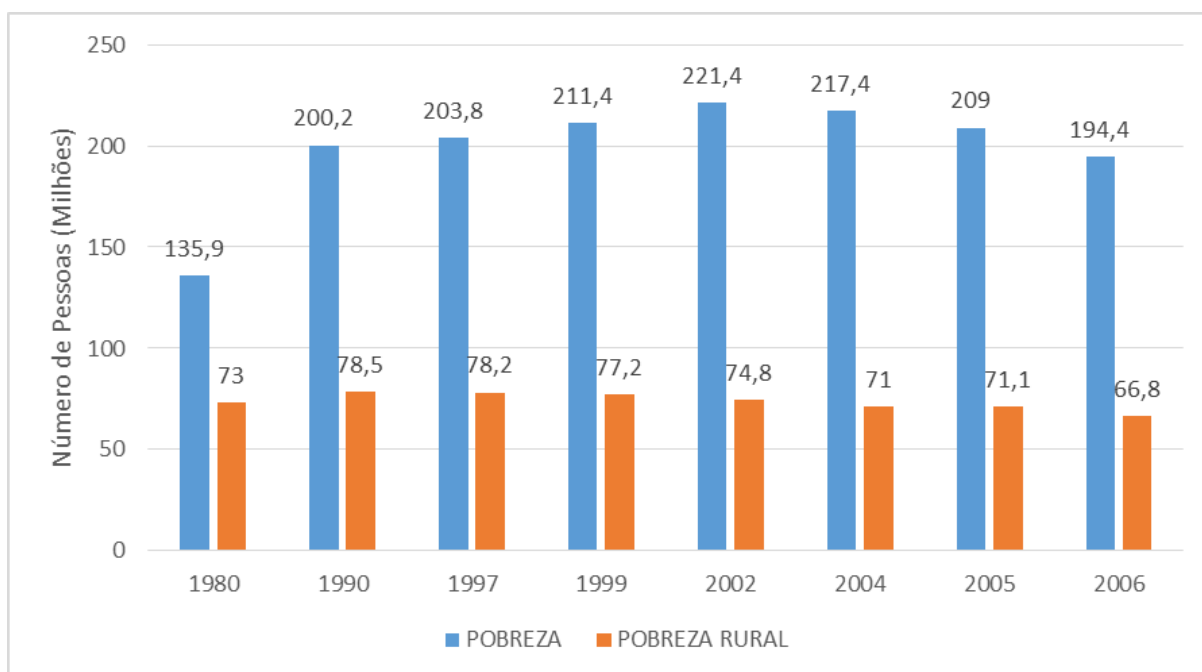
Na América Latina, por sua formação socioeconômica, a terra passou a ser referencial de riqueza após a transição do trabalho escravo ao trabalho livre (SUZUKI, 2006); deste período em diante, a disputa pela terra passou a ser uma conflito pelo poder econômico e político que

ela passou a representar. Essa fato, associado a existência de elites herdadas ainda do período colonial, permitiu que se formasse um sistema de enriquecimento baseado no acúmulo de propriedades rurais e na exploração do trabalho que ainda influencia as sociedades rurais latino-americanas (OXFAM, 2016).

Como consequência, a terra passou por um processo de concentração e decorrente disparidade de posse, que esteve no centro da formação das desigualdades sociais, políticas e de renda que ainda hoje assolam a América Latina (FERRANTI, 2014). Essa concentração, que permanece até a contemporaneidade, hoje pode ser medida por índices como o coeficiente de Gini para distribuição de terra⁸, que em 1981 mostrou que a América Latina era a região com maior desigualdade de acesso à terra no mundo: seu índice era de 0,81, seguido pelos continentes africano e asiático, cujos índices eram de, respectivamente, 0,60 e 0,56 (KAY, 2012 apud FERRANTI et al. 2004).

Como consequência direta da concentração de terras, é expressiva a ocorrência do fenômeno da pobreza na zona rural da América Latina. Sobre esse fato, estudos feitos pela CEPAL afirmam que, no ano de 1980, dos 135,9 milhões de latino-americanos vivendo em situação de pobreza, 73 milhões habitavam a zona rural, ou seja, mais da metade (CEPAL, 2007). O gráfico abaixo ilustra esses dados:

Gráfico 4 – Pessoas da Zona Rural em Situação de Pobreza na América Latina



Fonte: CEPAL (2007). Formulação própria.

⁸ Índice que, de maneira semelhante a medição de desigualdade de renda, mede a desigualdade de terra por meio de uma variação que vai de 0 (perfeita distribuição de terra) a 1 (desigualdade de terra absoluta).

Por meio do gráfico acima, percebe-se que a pobreza localizada na zona rural é um importante componente do pauperismo total da América Latina. Da década de 1990 em diante, percebe-se que a pobreza rural representa, aproximadamente um terço do total de pobres existentes nesse subcontinente. Para Leite e Ávila (2007), os níveis de concentração fundiária da América Latina – e a pobreza gerada por eles - afetam especialmente comunidades indígenas camponesas e pequenos produtores de zonas áridas ou semiáridas, o que prejudica a consolidação de uma justiça social e faz com que milhares de pessoas permaneçam à margem do exercício de uma cidadania plena. Tal marginalização afeta o exercício de direitos básicos, dentre eles o direito à educação, tema que será tratado no próximo sub tópico.

3.2.3 Desigualdade de acesso à educação

O processo de exclusão social ocorre de maneira multicausal, portanto, qualquer tentativa de revertê-lo deve lançar mão de análises e estratégias também plurais, que o revertam em todas as dimensões em que ele se consolidou. Isso ocorre pois a desigualdade tem uma natureza relacional que a faz interagir com toda a sociedade, o que não permite a demarcação de uma fronteira única entre pessoas socialmente incluídas e excluídas (DUSSEL, 2004).

Como fruto da desigualdade extrema e da pobreza, a exclusão social na América Latina atinge, dentre outras garantias fundamentais, o direito à educação. A interpenetração entre esses dois campos acontece pois as disparidades sociais se reproduzem dentro do sistema educacional latino-americano, de maneira que as instituições de educação passam a mimetizar os desníveis societários existentes à sua volta (GENTILI, 2009).

Esse fato evidencia que existe um intenso conflito dentro da questão educacional na América Latina: os últimos 50 anos foram um período de intensa ampliação do número de pessoas formalmente vinculadas à instituições de ensino dos sistemas nacionais de educação dessa região - o que representa uma evolução no número de pessoas abrangidas por um serviço que antes era restrito -, no entanto, por conta das segmentações sociais em seu interior, tais instituições passaram tanto a reproduzir antigas formas de segregação quanto à gerar dinâmicas de exclusão endógenas (GENTILI, 2007).

Essa dicotomia cria o que Gentili (2009) denomina de “exclusão includente”: um intensivo aumento de pessoas escolarizadas, inseridas em instituições educacionais, mas ainda assoladas por problemas como miséria, desnutrição e más condições de vida e de saúde, o que torna heterogêneas as experiências educacionais das diferentes classes sociais dessa sub-região.

Pode-se elencar os seguintes fatores que diferenciam a experiência educacional das sociedades latino-americanas:

- a) Acesso e progressão educacional diferenciada.
- b) Discriminação pedagógica e conquistas escolares desiguais em virtude de critérios de gênero, desigualdades regionais, raciais e étnicas.
- c) Herdabilidade das oportunidades educacionais.
- d) Qualidade educacional desigual.
- e) Injustiça curricular.
- f) Distribuição desigual das oportunidades educacionais: docentes diferentes, escolas diferentes, recursos pedagógicos diferentes, “concorrências” diferentes, aprendizagens diferentes, expectativas educacionais diferentes, sucessos e fracassos diferentes (GENTILI, 2009, p. 1071).

Por conta desses fatores: a) os 10% mais ricos tem, em média, 8 anos a mais de educação do que os 40% mais pobres; b) quanto melhor é a educação das classes mais ricas, maior é a desigualdade de renda entre este setor e as classes mais pobres e com piores experiências educacionais; c) as disparidades de aprendizagem e aproveitamento são proporcionais as desigualdades de acesso a instituições educacionais de qualidade; d) grupos étnicos e raciais historicamente desfavorecidos apresentam maiores taxas de repetência, abandono escolar, menor aproveitamento e desistência no ensino superior do que grupos historicamente favorecidos; e) o nível educacional das mulheres tem aumentado em todos os aspectos; tendência de melhoramento que não se verifica nos grupos indígenas, por exemplo; f) os investimentos públicos em educação fundamental e média são proporcionalmente desiguais em relação aos investimentos em educação superior, de maneira que pessoas de baixa classe social ficam excluídas dessas instituições (HENANDEZ, 2008).

Tais diferenças na qualidade da trajetória educacional das diferentes classes sociais tem profunda relação com a transmissão intergeracional da pobreza e, conseqüentemente, com a manutenção das desigualdades, pois o setor laboral demanda conhecimento e competências que só estão acessíveis a pessoas com maior poder econômico (HENANDEZ, 2008). Dessa forma, percebe-se que todas as formas de desigualdade interagem entre si, reproduzem-se e geram novas formas de exclusão a partir de suas interações, o que torna a América Latina uma região de extrema desigualdade. O objetivo do próximo tópico será, portanto, averiguar se estas disparidades sociais afetam as democracias latino-americanas.

4 ANÁLISE DE INDICADORES DE DESIGUALDADE SOCIAL E QUALIDADE DEMOCRÁTICA NA AMÉRICA LATINA

O debate a respeito da interação entre consolidação democrática e desigualdade social não é inédito no campo das ciências sociais. Ao contrário, é considerável a quantidade de pesquisadores que já desenvolveram estudos buscando desvendar o modo como se dá a interação entre esses fenômenos. Dentre tais estudiosos, Timmons afirma que a promoção democrática feita ao redor do mundo deve-se, em grande medida, ao argumento de que regimes democráticos provocam redução de desigualdades (TIMMONS, 2010, p. 741).

Houle, por sua vez, afirma que democracia e a desigualdade social interagem de tal modo que “a desigualdade prejudica a consolidação, mas não tem efeito líquido na democratização” (HOULE, 2014, p. 590). Com tal colocação Houle afirma que modificações nos níveis de desigualdade social podem afetar a consolidação de um regime democrático, mas que as mesmas modificações não possuem efeito na transição de regimes autoritários para democracias. Nas palavras do autor “a desigualdade tem mais influência na consolidação dos regimes democráticos do que na sua criação” (HOULE, 2014, p. 591).

O ponto de partida da presente pesquisa é averiguar se a redução da desigualdade social é um fator que pode contribuir para a consolidação das democracias da América Latina. Para tanto, especulou-se que quanto menos desigualdade social houver no subcontinente latino-americano, maior será a qualidade dos regimes democrático dessa região. Destarte, as variáveis cujo comportamento deve ser avaliado neste trabalho são “desigualdade social” e “qualidade democrática”.

Para realizar tal avaliação, a desigualdade social deve ser compreendida, na presente pesquisa, como equivalente às desigualdades de renda, terra e educação. Os motivos que explicam a escolha de tais aspectos para representar a variável em questão encontram-se expostos no capítulo 2. A disparidade de renda será mensurada através do Coeficiente de Gini: índice que mede a desigualdade de renda por meio de uma variação que vai de 0 (perfeita distribuição de renda) a 1 (desigualdade de renda absoluta); tais dados foram extraídos do banco de dados do Banco Mundial.

As diferenças de acesso à terra serão medidas mediante o uso de um indicador oferecido pela Oxfam que verifica o percentual de terras agricultáveis que são apropriadas pelo 1% da população que mais detém esse recurso, em comparação com a porcentagem de terras que estão nas mãos dos 99% dos proprietários restantes.

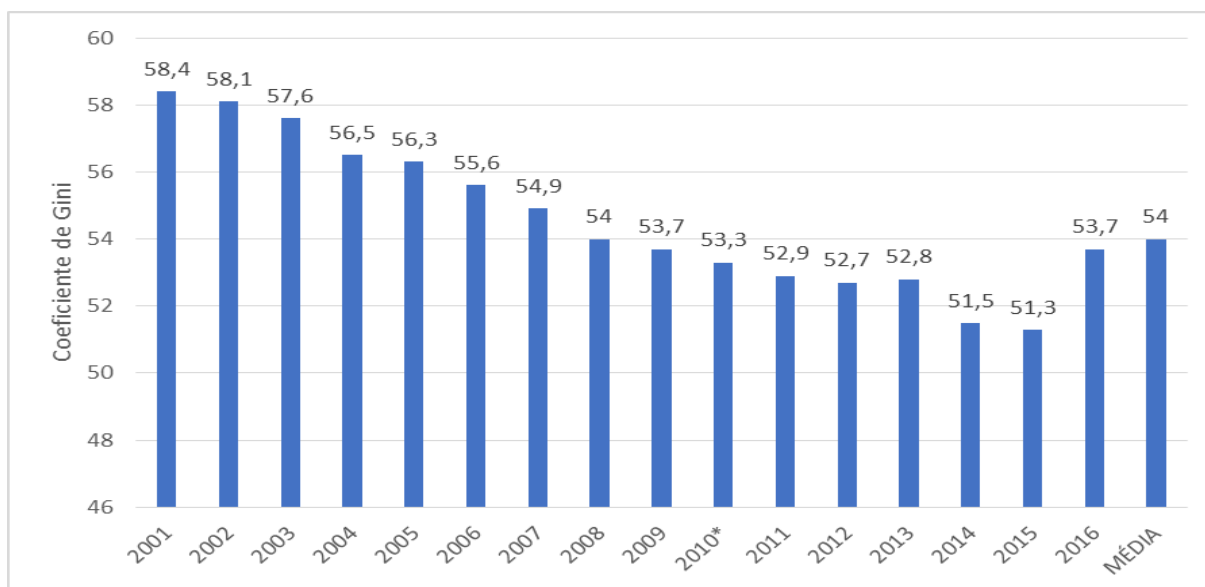
A disparidade de acesso à educação será estimada por meio da pesquisa “Educação Básica na América: uma análise dos últimos dez anos a partir dos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA)”. Em adição serão utilizados dados colhidos

no banco de dados da CEPAL que interseccionam o acesso de estudantes à educação formal com a faixa de renda na qual se enquadram.

Por sua vez, o indicador democrático escolhido foi a classificação Freedom In the World, fornecida pela Freedom House. Nesse indicador os Estados recebem uma nota que pode variar de 1 a 10: os países que recebem notas entre 1 e 2,5 são classificados como livres; aqueles que recebem notas entre 3 e 5 pontos são considerados parcialmente livres; e aqueles Estados cujas notas variam entre 5 e 7 pontos são considerados como não livres. A metodologia utilizada por este indicador baseia-se nos fundamentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e, portanto, avalia os países ao redor do mundo com base nos direitos políticos e liberdades civis oferecidos por cada regime à seus cidadãos (FREEDOM HOUSE, 2017).

4.1 Análise de indicadores sociais e democráticos do Brasil

A análise do primeiro indicador de desigualdade social do Brasil – o coeficiente de Gini – revela que este país passou por uma profunda modificação no seu quadro de distribuição de renda no período analisado por esta pesquisa. Os dados do Banco Mundial mostram que após o ano de 2001 a concentração de renda brasileira entrou em queda contínua até o ano de 2013, quando elevou-se em 0,1 para depois voltar a cair nos dois anos seguinte. Observa-se também que a partir de 2016 há um aumento da concentração de renda mais intenso, o que faz com que o indicador de Gini volte para o mesmo patamar em que se encontrava no ano de 2009: 0,537. Esse aumento representa a interrupção de uma tendência de decrescimento da disparidade de renda que durou por, pelo menos, 15 anos, conforme mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 5 – Trajetória do Coeficiente de Gini no Brasil (2001-2016)

Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

*Estimado pelo autor por meio de média aritmética dos anos anterior e posterior.

No que se reporta à desigualdade de acesso à terra no Brasil, a Oxfam (2016), com o intuito de ilustrar a desigualdade entre os maiores e menores proprietários de terras, elaborou um indicador que tem como princípio o cálculo da porcentagem de solos agricultáveis possuídos pelos 1% que mais detém esse recurso, em comparação com os 99% restantes. Dessa forma, verificou-se que 44% das terras agricultáveis brasileiras são controladas por 1% dos proprietários rurais, enquanto 66% estão nas mãos dos 99% de proprietários restantes.

Quanto aos indicadores escolhidos para analisar o panorama educacional do Brasil, observa-se que a média de anos de escolaridade da população brasileira acima de 25 anos é de 7,4 anos. No que concerne às suas taxas de alfabetização, verifica-se que elas estão acima dos 70% da população em todos os grupos etários verificados na pesquisa ilustrada abaixo:

Tabela 2 - Escolaridade média e taxas de alfabetização do Brasil (2015)

Escolaridade média (em anos) para população maior de 25 anos	7,4 anos
Taxa de alfabetização - 15-24 anos (% da população)	98,93%
Taxa de alfabetização - 15 anos ou mais (% da população)	92,59%
Taxa de alfabetização - 65 anos ou mais (% da população)	74,20%

Fonte: DIAS; MARIANO; CUNHA, 2019, apud Unesco Institute for Statistics, 2015. Elaboração própria.

Esses índices de alfabetização revelam que o número de pessoas analfabetos vem diminuindo ao longo do tempo já que cerca de 2% das pessoas entre 15 e 24 são analfabetas, enquanto o mesmo percentual é de cerca de 26% para brasileiros acima de 65 anos. Quanto as

matrículas em cada nível do ensino básico, o Brasil apresenta o quadro expresso na tabela abaixo:

Tabela 3 - Números absolutos e taxas líquidas de matrículas por nível de educação básica no Brasil (2015).

Número de matrículas – pré-primário	4.923.158
Taxa líquida de matrículas - pré-primário	81,98%
Número de matrículas – primário	17.035.929
Taxa líquida de matrículas – primário	92,70%
Número de matrículas – secundário	23.501.784
Taxa líquida de matrículas – secundário	81,35%

Fonte: DIAS; MARIANO; CUNHA, 2019, apud Unesco Institute for Statistics, 2015. Elaboração própria.

A tabela acima mostra os números absolutos de matrículas em cada nível do ensino básico do Brasil e, além disso, mostra qual o percentual desse número absoluto de matrículas corresponde a alunos cuja idade é condizente com esse nível de escolaridade em questão (taxa líquida de matrícula). Dessa forma, observa-se que nos ensinos pré-primário e secundário há um número maior de alunos cuja idade não corresponde ao estágio escolar em que eles se encontram.

A CEPAL, por sua vez, também buscou demonstrar o número de pessoas a frequentar instituições de ensino formais, organizando-os em grupos com base nas faixas etárias - de modo que cada uma delas corresponde a um nível de escolaridade (primária, secundária e superior) – e no quintil de renda no qual se enquadram. Por quintil, entenda-se que caso a população brasileira fosse dividida em cinco partes de acordo com a renda, o quintil 1 e o quintil 5 seriam cada qual a quinta parte a sociedade com, respectivamente, a menor e a maior renda. A tabela abaixo, portanto, demonstra a porcentagem de vinculação de pessoas às instituições formais de ensino de acordo com a idade e com a renda.

Tabela 4 - Porcentagem de acesso à educação formal no Brasil por nível de ensino e quintil de renda.

Anos	Quintil 1			Quintil 5		
	7 a 12 anos	13 a 19 anos	20 a 24 anos	7 a 12 anos	13 a 19 anos	20 a 24 anos
2001	95.3	72.2	18.8	99.6	88.1	47.7
2002	96.4	74.1	19.8	99.6	87.9	49.2
2003	96.4	73.5	19.5	99.7	88.6	50.3
2004	96.4	73.0	18.0	99.7	87.7	48.7

2005	97.1	72.9	17.2	99.6	87.4	48.1
2006	97.6	73.5	16.8	99.6	87.5	51.6
2007	97.5	74.6	17.4	99.7	86.1	48.0
2008	98.0	76.2	16.1	99.4	86.1	48.7
2009	98.1	77.8	15.9	99.5	86.3	47.5
2011	98.4	77.3	15.8	99.7	84.9	43.0
2012	98.6	77.4	15.6	99.8	84.9	44.4
2013	98.5	76.2	14.6	99.8	85.1	45.3
2014	98.7	75.8	14.4	99.9	85.3	47.4
2015	98.5	76.2	15.5	99.6	86.5	46.9
2016	99.1	77.4	16.7	99.9	87.6	51.3
MÉDIA	98	75,8	16,7	99,7	86,5	48

Fonte: CEPAL. Elaboração própria.

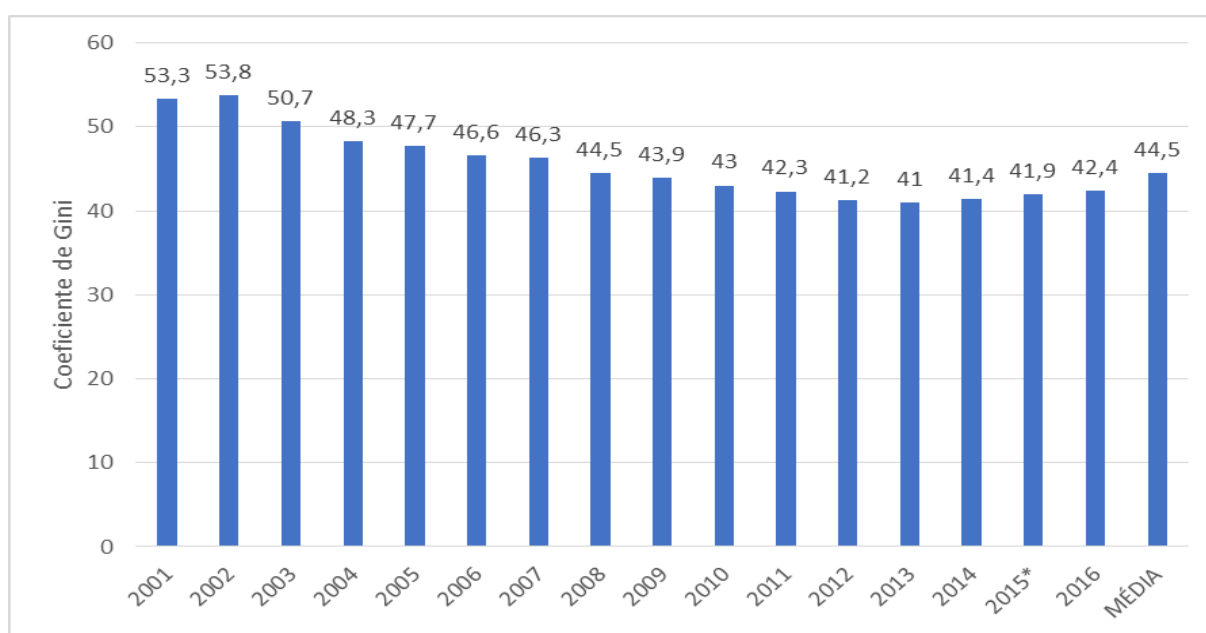
Observa-se que, na educação primária, as diferenças no percentual de pessoas que estão a frequentar a escola é de 1,7 pontos percentuais, o que demonstra uma semelhança no comportamento escolar das pessoas de ambas as classes sociais. No que se refere à educação secundária, nota-se que a diferença nos indicadores é de 10,7 pontos percentuais, em média. Já no ensino superior, as discrepância no comportamento educacional de cada um dos grupos de renda torna-se mais aguda: enquanto cerca de metade dos jovens de 20 a 24 anos do quintil com maior renda do Brasil estão frequentando instituições formais de ensino superior, a porcentagem de jovens com a mesma faixa etária e pertencentes ao quintil com menor renda da sociedade brasileira que estão cursando ensino superior é de 16,7 % em média, uma diferença de 31,3%. Esse fato demonstra que, à medida que o nível de escolaridade se eleva, menor é a quantidade de pessoas que tem acesso a ele, especialmente nas camadas com menor renda.

Quanto a análise da democracia brasileira, o indicador escolhido para a presente pesquisa – a classificação Freedom in the World (2011; 2017) fornecida pela Freedom House – indica que o regime político do Brasil é a democracia eleitoral e que esse país pode ser classificado como “livre” uma vez que sua nota, quando avaliados os quesitos de direitos políticos e liberdades civis, é 2,2. Ao avaliar a série histórica selecionada, no entanto, verifica-se que nem sempre o Brasil foi avaliado dessa maneira: no ano de 2001 era considerado um país “parcialmente livre”, com uma nota de 3,3 obtida mediante análise de liberdades civis e direitos políticos. No ano seguinte, a nota dada ao Brasil passou a ser de 2,3, avaliação que permaneceu constante até 2004. A partir de então, o Brasil passou a ter a nota de 2,2 e permanece assim até a avaliação mais recente, lançada em 2016.

4.2 Análise de indicadores sociais e democráticos da Argentina

Os números obtidos por meio de pesquisas do Banco Mundial, mostram que, de maneira semelhante ao Brasil, a Argentina também passou por um período de queda contínua do seu Coeficiente de Gini. Observa-se que a partir de 2002, o índice de Gini argentino entrou em queda constante até o ano de 2013, o que significa um decrescimento da concentração de renda. A partir de então, verifica-se um aumento desse indicador por três anos seguidos, período após o qual ele volta a cair. O gráfico abaixo ilustra essa evolução:

Gráfico 6 – Trajetória do Coeficiente de Gini na Argentina (2001-2016)



Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

*Estimado pelo autor por meio de média aritmética dos anos anterior e posterior.

Deve-se ressaltar também que o conflito distributivo em termos de renda é mais acirrado no Brasil do que na Argentina, pois a análise dos Coeficientes de Gini desses dois países, nos anos inseridos no recorte temporal desta pesquisa, revela uma média de concentração de 0,442 para Argentina e 0,538 para o Brasil. Pode-se ressaltar também que período de duração da tendência de queda da desigualdade de renda argentina foi de 2002 a 2013, período semelhante àquele no qual Brasil também apresentou a mesma tendência de redução de sua concentração de renda (2001 a 2013).

Quanto a disparidade de acesso à terra, os estudos realizados pela Oxfam (2016) através do cálculo da quantidade de terra que é apropriada pelos maiores detentores desse recurso, apontam que 1% dos proprietários de terra argentinos detém 36% do total de terras agricultáveis disponíveis, enquanto os 99% de proprietários restantes se apropriam dos 74% de solos

restantes. Quando comparados os quadros de distribuição agrária do Brasil e da Argentina, pode-se afirmar que a desigualdade de acesso à terra é mais intensa no Brasil, onde 1% dos proprietários de áreas rurais detém 8% a mais das terras disponíveis.

No que se refere aos indicadores educacionais, a Argentina apresenta um panorama semelhante ao do Brasil, porém com algumas diferenças que devem ser analisadas. A primeira delas é que a escolaridade média da população argentina com mais de 25 anos é de 9,3 anos de estudo, dois a mais do que no Brasil. Outra diferença é que taxas de alfabetização da população argentina estão acima dos 95% da população em todas as faixas etárias descritas na pesquisa, conforme mostra a tabela a seguir:

Tabela 5 - Escolaridade média e taxas de alfabetização da Argentina (2015)

Escolaridade média (em anos) para população maior de 25 anos	9,3 anos
Taxa de alfabetização - 15-24 anos (% da população)	99,30%
Taxa de alfabetização - 15 anos ou mais (% da população)	98,09%
Taxa de alfabetização - 65 anos ou mais (% da população)	95,09%

Fonte: DIAS; MARIANO; CUNHA, 2019, apud Unesco Institute for Statistics, 2015. Elaboração própria.

No que se reporta à estimação dos índices de matrícula no ensino básico, a tabela abaixo apresenta o número de matrículas nos ensinos pré-primário, primário e secundário, bem como a taxa líquida de matrículas (porcentagem dessas matrículas correspondente à alunos cuja faixa etária é condizente com o nível de ensino em questão). Os números indicam uma tendência semelhante àquela encontrada nas estatísticas brasileiras: um percentual mais alto de crianças no ensino pré-primário cuja idade não condiz com esse estágio educacional.

Tabela 6 - Números absolutos e taxas líquidas de matrículas por nível de educação básica na Argentina (2014).

Número de matrículas - pré-primário	1.597.990
Taxa líquida de matrículas - pré-primário	72,47%
Número de matrículas – primário	4.780.105
Taxa líquida de matrículas – primário	99,35%
Número de matrículas – secundário	4.450.741
Taxa líquida de matrículas – secundário	88,25%

Fonte: DIAS; MARIANO; CUNHA, 2019, apud Unesco Institute for Statistics, 2015. Elaboração própria.

A análise feita pela CEPAL sobre o percentual de pessoas de diferentes faixas etárias e diferentes níveis de renda é outra ferramenta que pode auxiliar na compreensão das disparidades educacionais da Argentina. Na tabela abaixo, observa-se que no que se refere às pessoas de 7 a

12 anos – faixa etária que corresponde ao ensino primário – os níveis de vinculação e frequência escolar são semelhantes mesmo que eles pertençam a distintos grupos de renda. Já no nível da educação secundária - 13 a 19 anos – o percentual de pessoas que estão matriculadas e frequentando instituições de ensino formais é, em média, 13 pontos percentuais menor para o quintil da população com menor renda quando comparada ao quintil da população com maior renda. Essa tendência de desnível de acesso à vinculação efetiva à instituições de ensino formais atinge seu pico no nível da educação superior – 20 a 24 anos –, estágio educacional onde a diferença de acesso para os quintis da população com menor e maior renda é de, em média, 31,6 pontos percentuais. Dessa forma, constata-se que a Argentina apresenta a mesma tendência educacional exclusiva verificada no Brasil: pessoas de baixa renda tem menor índice de acesso à educação de nível superior do que aquelas pessoas com renda mais elevada. A tabela abaixo ilustra essa afirmação.

Tabela 7 – Porcentagem de acesso à educação formal na Argentina por nível de ensino e quintil de renda

Anos	Quintil 1			Quintil 5		
	7 a 12 anos	13 a 19 anos	20 a 24 anos	7 a 12 anos	13 a 19 anos	20 a 24 anos
2003	98.3	73.2	22.2	99.9	86.3	58.6
2004	98.2	71.2	18.9	99.9	87.9	61.3
2005	98.1	74.0	19.8	100.0	90.1	62.3
2006	98.9	71.4	23.2	99.3	88.0	60.6
2007	97.9	74.2	25.3	99.8	88.7	51.5
2008	98.8	76.2	24.4	98.8	89.5	57.1
2009	96.7	75.3	25.5	99.9	92.1	49.3
2010	99.4	79.7	28.5	99.7	88.3	55.7
2011	99.3	77.6	28.1	98.7	86.7	61.8
2012	98.7	75.3	32.4	99.8	88.3	51.3
2013	98.5	74.2	30.7	98.8	88.6	49.3
2014	98.5	78.2	26.4	98.9	85.5	56.1
2016	98.5	78.5	30.6	99.8	90.1	57.9
MÉDIA	98,5	75,3	25,5	99,8	88,3	57,1

Fonte: CEPAL. Elaboração própria.

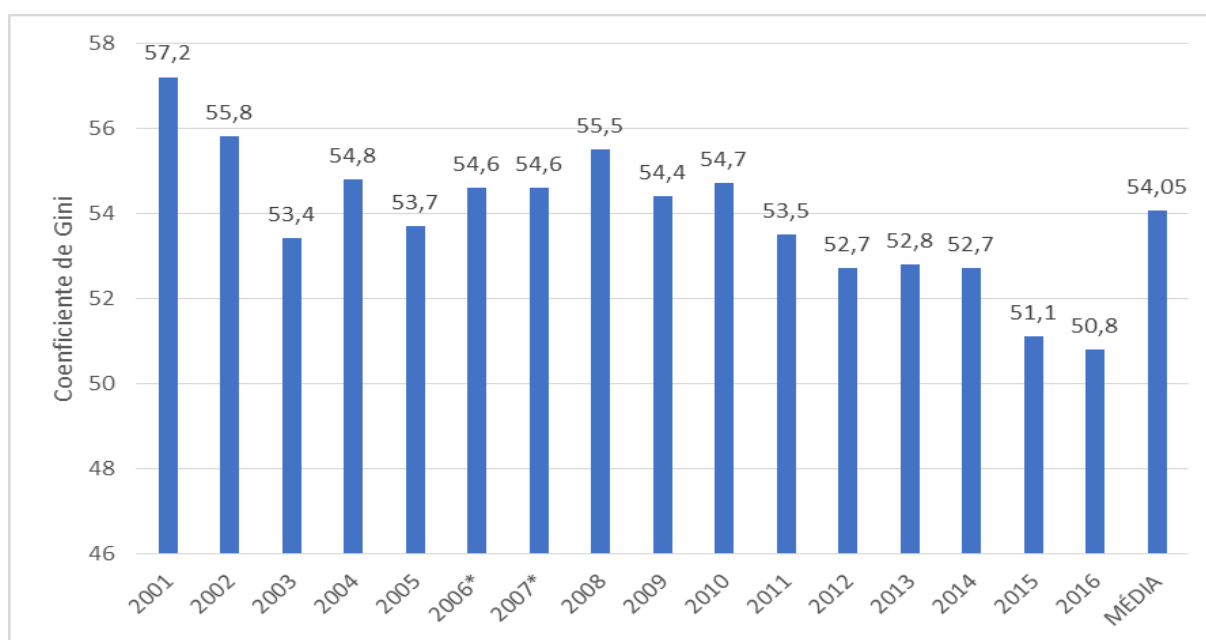
De maneira semelhante ao Brasil, a análise contemporânea da democracia argentina feita pela Freedom House, através de seu indicador Freedom in the World (2011; 2017), revela que o regime político da Argentina é a democracia eleitoral e que esse país pode ser qualificado como “livre”. Nos anos de 2001 e 2002, no entanto, a Argentina era considerada, por esse indicador, como um país parcialmente livre uma vez que a nota obtida pela avaliação dos

direitos políticos e das liberdades civis nesse país era de 3,3. A partir de 2002 pode-se afirmar que houve uma modificação decrescente desse resultado, que passou para 2,2 e significou um aprimoramento democrático que permitiu classificar a Argentina como um país livre. Desde então, esse índice permanece no patamar de 2,2 até o final da série histórica avaliada neste trabalho.

4.3 Análise de indicadores sociais e democráticos da Colômbia

A exposição dos dados do Coeficiente de Gini da Colômbia expõe um perfil de modificação desse indicador ao longo do tempo que é diferente do que se verificou na análise do Brasil e da Argentina. Ao longo de boa parte da série histórica analisada, mais especificamente de 2002 a 2011, a concentração de renda da Colômbia apresenta oscilações e não um período de tendência contínua de modificação. No período seguinte, de 2012 a 2014, ocorre praticamente uma paralisação da tendência de modificação desse índice, que só se rompe em 2015, quando ele volta a cair. Em comparação com o Brasil e a Argentina, a Colômbia está em uma posição intermediária em termos de acirramento do conflito distributivo de renda: a média de concentração desse ativo é de 0,537, o que o coloca acima da Argentina (0,442) e ligeiramente abaixo do Brasil (0,538).

Gráfico 7 – Trajetória do Coeficiente de Gini na Colômbia (2001-2016)

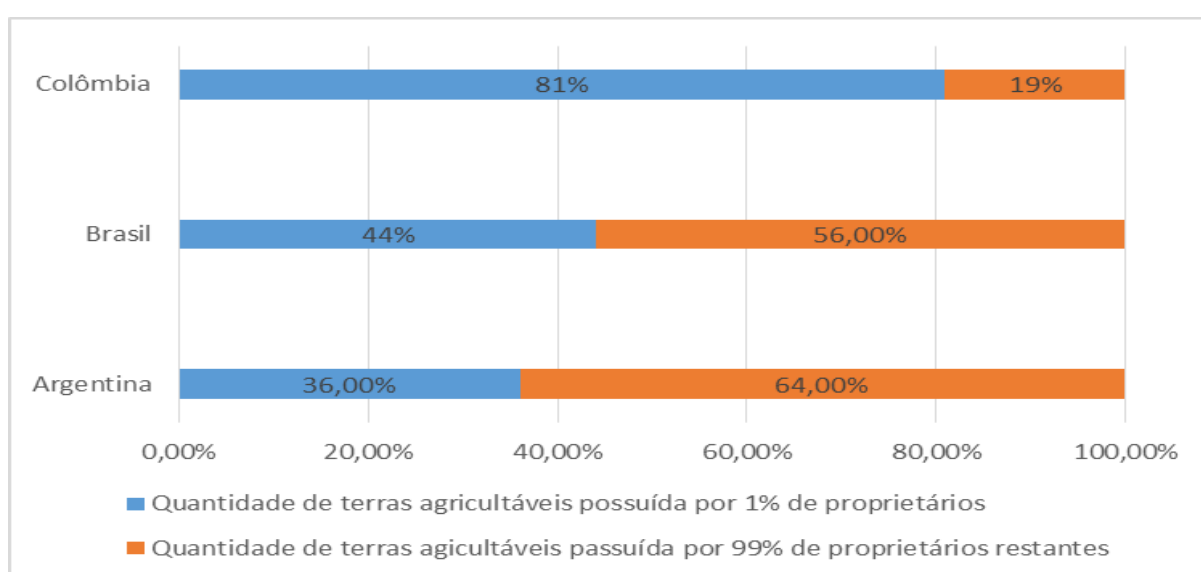


Fonte: Banco Mundial. Elaboração própria.

*Estimado pelo autor por meio de média aritmética dos anos anterior e posterior disponíveis.

Quanto a situação da concentração de terras, de acordo com os dados da Oxfam (2016), 81% das terras agricultáveis colombianas estão sob posse de 1% dos maiores proprietários rurais, enquanto 19% dos solos restantes são apropriados pelos 99% menores proprietários. Observa-se que, dos três países analisados no presente estudo, a Colômbia apresenta o conflito distributivo mais acirrado em relação às terras agrícolas. O quadro a seguir ilustra essa comparação:

Gráfico 8 – Percentual de Terras Agricultáveis que São Apropriadas Pelo 1% dos Proprietários que Mais Detém Esse Recurso



Fonte: Oxfam (2016). Elaboração própria.

No que concerne às disparidades de acesso à educação, a Colômbia apresenta um perfil educacional que pode ser ilustrado pelos dados das tabelas abaixo. As taxas de alfabetização de todas as faixas etárias pesquisadas estão na acima de 80%, com destaque para o grupo de pessoas com mais de 15 anos e menos de 65, grupo cuja taxa de alfabetização é superior aos 90%. Deve-se ressaltar também, que a população colombiana com mais de 25 anos tem, em média, 8,6 anos de escolaridade, o que a coloca em uma posição intermediária quando comparado ao Brasil e a Argentina.

Tabela 8 – Escolaridade média e taxas de alfabetização da Colômbia (2015)

Escolaridade média (em anos) para população maior de 25 anos	8.6
Taxa de alfabetização - 15-24 anos (% da população)	98,66%
Taxa de alfabetização - 15 anos ou mais (% da população)	94,58%
Taxa de alfabetização - 65 anos ou mais (% da população)	81,29%

Fonte: DIAS; MARIANO; CUNHA, 2019, apud Unesco Institute for Statistics, 2015. Elaboração própria.

Outro aspecto que merece ser destacado é o número de matrículas verificado em cada nível do ensino básico, bem como o percentual dessas matrículas que corresponde a alunos cuja idade é condizente com o nível escolar em questão (taxa líquida de matrículas). Observa-se que o número de alunos matriculados no ensino secundário é maior que em todos os outros níveis da educação básica, no entanto, apenas 78,29% desses alunos estão na faixa etária adequada para este nível educacional.

Tabela 9 – Números absolutos e taxas líquidas de matrículas por nível de educação básica na CoL(2015).

Número de matrículas - pré-primário	1.922.637
Taxa líquida de matrículas - pré-primário	80,97%
Número de matrículas – primário	4.479.218
Taxa líquida de matrículas – primário	90,60%
Número de matrículas – secundário	4.793.963
Taxa líquida de matrículas – secundário	78,29%

Fonte: DIAS; MARIANO; CUNHA, 2019, apud Unesco Institute for Statistics, 2015. Elaboração própria.

Ao interseccionar a situação educacional com a questão da renda, observa-se que o padrão de acesso às instituições formais de ensino obedece ao mesmo padrão verificado tanto no Brasil quanto na Argentina: na educação primária as disparidades de acesso ao sistema educacional formal da Colômbia são baixas, em torno de 1,1 pontos percentuais, porém, à medida em que o nível educacional se eleva, as disparidades também crescem. Desse modo, observa-se que a desigualdade de acesso à educação secundária é maior do que o que se verifica na educação primária, mais especificamente 11 pontos percentuais.

Tabela 10 - Porcentagem de acesso à educação formal na Colômbia por nível de ensino e quintil de renda

Anos	Quintil 1			Quintil 5		
	7 a 12 anos	13 a 19 anos	20 a 24 anos	7 a 12 anos	13 a 19 anos	20 a 24 anos
2002	93.4	61.8	9.2	99.1	78.0	46.3
2003	94.0	67.9	9.2	99.6	81.3	46.9
2004	94.3	66.0	8.6	98.8	82.4	46.6
2005	95.3	68.3	9.0	99.6	83.5	48.0
2008	96.5	72.7	16.4	98.0	85.6	51.2
2009	96.1	73.1	14.4	96.5	83.5	49.0
2010	96.6	73.4	15.0	96.3	84.6	51.6

2011	96.2	72.8	15.3	97.1	84.6	48.9
2012	96.8	73.0	15.4	96.4	83.5	48.2
2013	96.8	73.4	17.4	97.5	85.0	49.7
2014	96.7	73.6	18.7	97.6	84.3	49.3
2015	97.0	74.7	19.2	97.4	84.0	48.4
2016	97.0	73.9	18.5	97.7	85.0	50.5
MÉDIA	96,5	73	15,3	97,6	84	48,9

Fonte: CEPAL. Elaboração própria.

No entanto, o ponto máximo dessa tendência de desigualdade se dá ao analisarmos os números referentes ao ensino superior colombiano: no período analisado na presente pesquisa, os dados da CEPAL mostram que o percentual médio de pessoas provenientes da camada da população com menor renda (quartil 1) é de 15,35%, ou seja, 33,6% a menos do que o verificado na camada da população com maior renda (quartil 5). Esses dados indicam uma tendência exclusão educacional à medida em que o nível de formação aumenta.

A avaliação do indicador democrático utilizado por este trabalho – o índice Freedom in the World (2011; 2017), feito pela Freedom House – revela que a Colômbia, em termos democráticos, encontra-se em uma situação singular, quando comparada ao Brasil e a Argentina. Dentre os três países analisados neste estudo de caso, a Colômbia é o único país que, apesar de ser classificado como uma democracia eleitoral, é qualificado como “parcialmente livre”. Deve-se ressaltar que a análise de toda a série histórica denota uma tendência de decréscimo no valor utilizado como indicador, o que significa um aprimoramento democrático: de 2001 a 2004, a nota da Colômbia na escala de avaliação da Freedom in the World era de 4,4; após esse período, esse valor passou para 3,3 e permaneceu assim por dois anos; em seguida a avaliação passou a ser de 3,4 e não modificou-se mais até o ano de 2016, quando o classificação da democracia colombiana voltou a ser de 3,3.

A partir da análise dos indicadores selecionados, percebe-se que a complexidade das variáveis analisadas neste trabalho - bem como a forma como elas interagem - é muito maior do que é possível tangenciar em um só estudo. Dessa forma, o presente artigo está longe de pretender esgotar o tema em questão; ao contrário, pretende apenas ser mais uma investigação a contribuir com os deslindar dessa temática, em adição a outras já realizadas. A análise a ser extraída a partir da presente investigação é exatamente o que pretende-se realizar nas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela buscou realizar uma investigação sobre a interação entre a desigualdade social e a consolidação das democracias da América Latina. Dessa forma, os procedimentos de pesquisa empregados tiveram por principal objetivo responder a seguinte questão: a redução da desigualdade social é um fator que pode auxiliar na consolidação das democracias latino-americanas?

Para tanto, o primeiro tópico do presente estudo realizou um levantamento bibliográfico sobre autores da teoria democrática com intuito de obter um delineamento teórico conceitual sobre o que consiste um regime democrático e, a partir de então, estabelecer parâmetros que pudessem classificar a sua qualidade. Neste tópico, contatou-se que as definições de democracia podem variar desde conceptualizações que abrangem apenas aspectos institucionais e procedimentais - tal como propõe Schumpeter -, até autores que abrangem, além do mínimo procedimental, regras, normas e aspectos substanciais de um regime democrático, tais como Norberto Bobbio e Robert Dahl. Essa variação de abrangência de elementos a serem considerados ao definir o que é uma democracia, possibilita o estabelecimento de diferente parâmetros para medir também a sua consolidação.

No segundo tópico, discutiu-se a questão da desigualdade social na América Latina objetivando-se apresentar diferentes conceptualizações sobre esse fenômeno, como também seus efeitos sobre essa região em termos de pobreza e pobreza extrema. Para sua completa compreensão, tal discussão demandou também o estabelecimento de “instituições” de disparidade social, que nada mais são do que os fatores que, a um só tempo, ocasionam e expressam esse fenômeno na América Latina, permitindo o seu delineamento e a sua consequente mensuração. Dessa forma, a partir da análise das instituições escolhidas – renda, terra e educação -, observou-se que o subcontinente latino-americano apresenta níveis de desigualdade bastante elevados e excepcionais, quando comparados a outras regiões do planeta.

Por fim, no terceiro tópico instrumentalizou-se as variáveis cujo comportamento pretendia-se analisar: disparidades sociais e qualidade democrática. Para a instrumentalização da desigualdade social, considerou-se que ela seria correspondente, na presente pesquisa, às desigualdades de renda, terra e educação. A mensuração dessas subcategorias foi feita mediante os seguintes instrumentos, respectivamente: Coeficiente de Gini; percentual de terras agricultáveis que são apropriadas pelo 1% da população que mais detém esse recurso, em comparação com a porcentagem de terras que estão nas mãos dos 99% dos proprietários restantes; e dados da CEPAL que interseccionam acesso à instituições formais de ensino em diferentes idades e diferentes faixas de renda, além de informações obtidas mediante pesquisa realizada com base no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). A qualidade

democrática, por sua vez, foi instrumentalizada mediante o indicador Freedom in the World, fornecido pela instituição Freedom House. A exposição de tais dados foi feita com vistas a análise e busca de correlação entre desigualdade social e fragilidades democráticas no Brasil, na Argentina e na Colômbia, países analisado no presente estudo.

A interpretação de cada um dos indicadores selecionados aponta que, em termos de desigualdade de renda, a Colômbia apresenta o maior índice de disparidade, uma vez que a média do Coeficiente de Gini colombiano no período analisado nesta pesquisa é de 0,5405; um resultado superior ao do Brasil e da Argentina, países cujas médias do mesmo indicador no mesmo período de tempo é de, respectivamente, 0,5400 e 0,4450.

Quanto a disparidade de acesso à terra, a Colômbia também apresenta os maiores índices de desigualdade, já que 81% de suas terras agricultáveis estão nas mãos de 1% dos maiores proprietários desse recurso; índice bastante superior àqueles verificados no Brasil e na Argentina, onde o 1% que mais detém terras agricultáveis apropria-se de, respectivamente, 44% e 36% desse ativo econômico.

No que se reporta à disparidade de acesso à educação, a Argentina apresenta o maior nível de desigualdade, pois a sua média de disparidade de acesso ao ensino formal (somatório da diferença do percentual de acesso à instituições formais de educação para os quintis com menor e maior renda da sociedade, nos três níveis educacionais – primário, secundário e superior – dividido por 3) é de 15,3%, seguido pela Colômbia e pelo Brasil, onde o mesmo cálculo aponta uma disparidade de acesso à educação formal de 15,23% e 14,56%, respectivamente.

O indicador democrático escolhido na presente pesquisa aponta, por sua vez, que os regimes democráticos mais bem consolidados, dentre aqueles analisados na presente pesquisa, são os regimes da Argentina e do Brasil, que no ano de 2016 foram classificados pelo Freedom in the World como países livres e cujas democracias vem sendo avaliadas com uma nota de 2,2 durante os períodos de 2003-2016 e 2005-2016, respectivamente. A Colômbia, por seu turno, apresenta a democracia menos consolidada, uma vez que é considerada, pelo mesmo indicador, como um país parcialmente livre e cujo regime democrático foi avaliado como uma nota de 3,3 em 2016.

Dessa forma, observa-se que a Argentina, ao passo em que exibe os menores índices de desigualdade em dois dos indicadores sociais analisados – renda (0,4450) e acesso à terra (36% de terra para 1% de proprietários) - e apresenta a maior índice desigualdade de acesso à educação (15,30% de desigualdade) -, consiste em uma democracia que é avaliada com nota de 2,2 pelos últimos 13 anos do recorte histórico analisado nesta pesquisa.

O Brasil, que fica em posição intermediária em termos de desigualdade em dois dos indicadores analisados – renda (0,5400) e acesso à terra (44% de terra para 1% de proprietários) - e é o menos desigual no que se refere ao acesso à educação (14,56% de disparidade), apresenta um nível de consolidação democrática de 2,2 no últimos 11 anos analisados.

A Colômbia, por sua vez, exibe os maiores índices de disparidade em termos de renda (0,5405) e acesso à terra (81% de terra para 1% de proprietários) e é o país com nível intermediário de desigualdade educacional (15,23% de disparidade). Apresenta também a democracia menos consolidada, pois é considerada parcialmente livre e recebeu uma nota de 3,3 na sua última avaliação, feita em 2016.

A análise comparada dos indicadores selecionados aponta para uma correlação inversa entre desigualdade social e qualidade democrática no que se refere aos indicadores de desigualdade de renda e de acesso à terra, pois: a Argentina, Estado com os menores índices de disparidade nesses indicadores, apresenta também uma democracia consolidada há 13 anos; o Brasil, que a exibe índices de disparidade intermediários nesses indicadores, apresenta uma democracia tão consolidada quanto a da Argentina, porém há 11 anos; e a Colômbia, país com maior desigualdade nesses indicadores, apresenta também a democracia menos consolidada.

Conclui-se, por tanto, que a hipótese do presente trabalho foi comprovada uma vez que dois terços dos indicadores de desigualdade social selecionados (renda e acesso à terra) apresentam uma relação inversa com a consolidação democrática, já que à medida em que diminuem, aumenta a qualidade democrática. Tal comportamento permite, portanto, interpretar que quanto menos desigualdade social houver na América Latina mais consolidadas serão suas democracias.

Pode-se supor que tal fenômeno ocorre pois, conforme apontado no tópico 1 deste artigo, a igualdade – que é um elemento primordial da qualidade democrática - envolve também as condições econômicas e sociais, pois indivíduos com maior nível financeiro tem mais possibilidades de moldar o debate das questões públicas, de maneira que, apesar da democracia não demandar políticas sociais específicas, ela necessita de níveis de igualdade política que não são possíveis em sociedades com extremas desigualdades econômicas (DIAMOND; MORLINO, 2004).

Deve-se ressaltar, no entanto, que o presente trabalho não tem pretensão esgotar o debate em questão; ao contrário, o estudo em tela pretende apenas somar-se a outros esforços investigativos já realizados sobre este tema, bem como contribuir para que outras investigações nessa área sejam feitas, uma vez que novas pesquisas, com diferentes recortes temporais,

geográficos e metodológicos podem resultar em descobertas que venham a contribuir com a aprimoramento do conhecimento desse debate em questão.

Nesse sentido, sugere-se que outros pesquisadores que busquem se aprofundar na temática trabalhada no presente estudo, efetuem novas investigações sobre a interação entre desigualdade de acesso à educação e consolidação democrática; únicos indicadores cuja relação, nesta pesquisa, apresentou variação diferente das demais. Crê-se que, com outras formas de mensuração e/ou com o emprego de outras metodologias, tal relação possa ser melhor deslindada.

REFERÊNCIAS

APONTE-HERNÁNDEZ, Eduardo. Desigualdad, inclusión y equidad en la educación superior en América Latina y el Caribe: tendencias y escenarios alternativos en el horizonte 2021. In: GAZZOLA, A. L.; DIDRIKSSON, A. (Ed.). Tendencias de la educación superior en América Latina y el Caribe. Caracas: UNESCO/IESALC, 2008, cap. 4. Disponível em <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/08/753.pdf>>. Acesso em 10 jun. 2019.

ALTIMIR, Oscar. La dimension de la pobreza em America Latina. Santiago: CEPAL, 1979.

AMORIM, Maria Salette Souza de. Democracia, desigualdades e corrupção: uma análise da qualidade democrática na América latina. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 80-108, dez. 2015. ISSN 2236-6725. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/21590>>. Acesso em: 06 out. 2018.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1990. A pobreza. Washington, Banco Mundial, 1990. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/pt/188701468322757498/pdf/PUB85070SPANIS1o0A1994100101PUBLIC1.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BAQUERO, Marcello. Quando a instabilidade se torna estável: poliarquia, desigualdade social e cultura política na América Latina. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 48-69, jul.-dez. 2008. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/26591702_QUANDO_A_INSTABILIDADE_SE_TORNA_ESTAVEL_POLIARQUIA_DESIGUALDADE_SOCIAL_E_CULTURA_POLITICA_NA_AMERICA_LATINA>. Acesso em 07 out. 2018.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Roseane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.pdf>>. Acesso em 04 mai. 2019.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. 6. ed. Trad. Marco Aurélio de Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAMPOS, Rosana Soares et al. Performance da democracia na América latina: o peso da dimensão social. **Século XXI – Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 5, n. 2, p. 137-166, dez.

2015. ISSN 2236-6725. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/seculoxxi/article/view/21592>>. Acesso em: 06 out. 2018.

CAMPOS, Rosana Soares; BARROS, Anderson Rosa; SCHIRMER, Igor Nielson Medeiros. Democracia e Desigualdades: os impactos socioeconômicos na satisfação com o regime. In: Encontro ABCP, 8., 2012, Gramado. Anais 8 Encontro ABCP: Gramado, 2012.

CEPAL. Panorama Social de América Latina 1998. Santiago, CEPAL, 1991.

_____. Panorama Social de América Latina 2000-2001. Santiago, CEPAL, 2001.

_____. Panorama Social de América Latina 2018. Santiago, CEPAL, 2018.

_____. The social inequality matrix in Latin America. Santiago, CEPAL, 2016

CROMPTON, Rosemary. Clase y estratificación: una introducción a los debates actuales. Madrid: Tecnos, 1994.

DAHL, Robert. Poliarquia: participação e oposição. 1. Ed. Trad. Celso Mauro Paciornik. São Paulo: EESC, 2005.

DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo. An Overview. **Journal of Democracy**, Baltimore, vol. 15, n. 4, p. 20-31, 2004, ISSN 1086-3214. Disponível em <[http://faculty.smu.edu/lmanzett/Diamond%20and%20Morlino%20\(2004\).pdf](http://faculty.smu.edu/lmanzett/Diamond%20and%20Morlino%20(2004).pdf)>. Acesso em 06 out. 2018.

DIAS, Bruno Francisco Batista; MARIANO, Sandra Regina Holanda; CUNHA, Robson Moreira. Educação básica na América Latina: uma análise dos últimos dez anos a partir de dados do Program Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v.11, n. 4, p. 1-26, jul/set. 2017. Disponível em <<https://www.redalyc.org/html/4417/441753228002/index.html>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

DUSSEL, Inés. Desigualdades sociales y desigualdades escolares en la Argentina de hoy. Algunas reflexiones y propuestas. In: TEDESCO, Ruan Carlos. ¿Cómo superar la desigualdade y la fragmentación del sistema educativo argentino? Buenos Aires: UNESCO, 2005, cap. 2. Disponível em <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000144318>>. Acesso em 10 jun. 2019.

ESTENSSORO, Luis. Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina. 2003. 286 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERRANTI, Davide; PERRY, Guillermo E.; FERREIRA, Francisco H. G.; WALTON, Michael. Inequality in latinamerica: breaking with history?. Washington: The Word Bank, 2004. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/804741468045832887/Inequality-in-Latin-America-breaking-with-history>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the world 2011: the annual survey of political rights and civil liberties. New York and Washington, Rowman & Littlefield, 2011. Disponível em <https://freedomhouse.org/sites/default/files/Freedom_in_the_World_2011_complete_book.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

_____. Freedom in the world 2017: the annual survey of political rights and civil liberties. New York and Washington, Rowman & Littlefield, 2017. Disponível em <https://freedomhouse.org/sites/default/files/Freedom_in_the_World_2017_complete_book.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GAÍTAN, Flávio. Crecimiento, desigualdad y pobreza en el capitalismo periférico: análisis de los países latino-americanos. In: OTERO, María Pía; VIRGILIO, María Mercedes Di; BONIOLO, Paula. Pobreza y desigualdad em América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010, cap. 5, p. 141-169. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20120521095917/DiVirgilio-Otero-Boniolo-2010.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

GASPARINI, Leonardo; LUSTIG, Nora. The rise and fall of income inequality in Latin America. In: OCAMPO, José Antonio; ROS, Jaime. The Oxford Handbook of Latin American Economics. Oxford: Oxford University Press, 2011. Disponível em <<http://www.ecineq.org/milano/wp/ecineq2011-213.pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

GENTILI, Pablo. Desencanto y utopía: la educación en el laberinto de los nuevos tiempos. Rosario: Homo Sapiens, 2007.

_____. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, vol. 30, n. 109, p. 1059-1079, set-dez. 2009, ISSN: 0101-7330. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302009000400007&script=sci_abstract&tIng=pt>. Acesso em: 10 jun. 2019.

GOYARD-FABRE, Simone. O que é democracia?: a genealogia filosófica de uma grande aventura humana. Trad. Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOULE, Christian. Inequality and democracy: why inequality harms consolidation but does not affect democratization. **World Politics**, Cambridge, v. 61, n. 4, p. 589-622, out. 2009. Disponível em <http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887109990074>. Acesso em: 30 jun. 2019.

KARL, Terry Lynn. The vicious cycle of inequality in Latin America. In: Susan Eva Eckstein & Timothy P. Wickham-Crowley. What justice? Whose justice? Fighting for fairness in Latin America. Berkeley: University of California Press, 2003, p; 133-157. Disponível em <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.565.1033&rep=rep1&type=pdf>>. Acesso em: 04 mai. 2018.

KAY, Cristóbal. Visión de la concentración de la tierra en América Latina. In: ALBERT, Berry; CRISTÓBAL, Kay; LUCIANO, Martínez; LIISA, North. La concentración de la tierra: un problema prioritario en el Ecuador contemporâneo. Quito: FLACSO, 2012. cap. 1. Disponível em <<https://repub.eur.nl/pub/39068/>>. Acesso em 10 jun. 2019.

LAUTH, Hans-Joachim. Critérios básicos para a qualidade da democracia: é a responsabilidade parte de seu círculo íntimo?. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 115-138, jan.-abr. 2013.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 3, p. 777-805, set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032007000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 jun. 2019.

LEVINE, Daniel; MOLINA, José Henrique. Calidad de la democracia: fortalezas y debilidades en América Latina. In: **Revista Latinoamericana de Política Comparada**, Quito, vol. 5, p. 95-123, 2011, ISSN 1390-4248. Disponível em <<https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/398548>>. Acesso em 06 out. 2018

MATTEI, Lauro. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**: Florianópolis, v.7, n.2, p. 242-261, mai./ago. 2017. Disponível < <https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/359/695>>. Acesso em: 04 mai. 2019.

MENDONÇA, Luiz Jorge V. Pessoa de. América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica. **Argumentum**: Vitória, v. 1, n. 1, p. 78-91, jul./dez. 2009. Disponível em < <http://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/14>>. Acesso em: 03 mai. 2019.

NETTO, José Paulo. Desigualdade, pobreza e serviço social. **Em pauta**, Rio de Janeiro, n. 19, 2007, p. 135-170. Disponível em <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/190>>. Acesso em 06 mai. 2017.

OLIVEIRA, Richard Romero. Platão e a questão da democracia na república. **Revista Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 12, p. 28-47, 2014. ISSN 2177-2967. Disponível em: < <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/estudosfilosoficos/article/view/2133>>. Acesso em: 06 out. 2018.

OTERO, María Pía; VIRGILIO, María Mercedes Di; BONIOLO, Paula. Pobreza y desigualdade en América Latina y el Caribe: introducción a un problema complejo. In: _____. Pobreza y desigualdad em América Latina y el Caribe. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2010, cap.1, p. 11-27. Disponível em < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/clacso-crop/20120521095917/DiVirgilio-Otero-Boniolo-2010.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2019.

OXFAM. A snapshot of inequality: what the latest agricultural census reveals about land distribution in Colombia. Oxford, Oxfam International, 2016. Disponível em < https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/colombia_-_snapshot_of_inequality.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

_____. Unearthed: land, power and inequality in Latin America. Oxford, Oxfam International, 2016. Disponível em < https://www-cdn.oxfam.org/s3fs-public/file_attachments/bp-land-power-inequality-latin-america-301116-en.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

PONCE S.J., F. La pobreza como crítica política a la democracia. Implicaciones filosófico-políticas de la privación de capacidades básicas. **Universitas Philosophica**, Bogotá, v. 28, n. 57, 2011, p. 37-60. Disponível em <<http://www.scielo.org.co/pdf/unph/v28n57/v28n57a03.pdf>>. Acesso em 07 mai. 2019.

SÁINZ, Juan Pablo Pérez. América Latina: la desigualdad que no cesa. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Desigualdad y justicia social en América Latina* 1. ed. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, PPFH/UERJ, 2016, cap. 1, p. 15-27.

SCHUMPETER, Joseph A.. *Capitalismo, socialismo e democracia*. 1. ed. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1961.

SOLANO, Carlos Barba. La encrucijada de la desigualdad y la política social en América Latina. In: GENTILI, Pablo (Org.). *Desigualdad y justicia social en América Latina* 1. ed. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, PPFH/UERJ, 2016, cap. 5, p. 51-62.

SUZUKI, Júlio César. Questão agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: *América Latina: cidade, campo e turismo*. LEMOS, Amalia Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SILVEIRA, María Laura. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, San Pablo. 2006. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/12suzuki.pdf>>. Último acesso em: 10 jun. 2019.

TIMMONS, Jeffrey F.. Does Democracy Reduce Economic Inequality?. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 40, n. 4, p. 741-757, out. 2010. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40930584?seq=1#page_scan_tab_contents>. Acesso em: 30 jun. 2019.